

ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 889

NUPCIALIDADE NAS PNADs-90: UM TEMA EM EXTINÇÃO?

Aída C. G. Verdugo Lazo

Rio de Janeiro, junho de 2002

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 889

NUPCIALIDADE NAS PNADs-90: UM TEMA EM EXTINÇÃO?*

Aída C. G. Verdugo Lazo**

Rio de Janeiro, junho de 2002

* A autora agradece a colaboração de Flavia R. Dias e Luciano T. Duarte, assistentes de pesquisa da Fundação Ford — Ence/IBGE. Também agradece os importantes comentários e sugestões dos Profs. Drs. Ana Maria Goldani e Edward Telles, aqui incorporados. Este artigo foi apresentado e debatido no seminário "PNADs da década de 90: uma avaliação" realizado em novembro de 2001 pela DISOC/IPEA junto com a Ence/IBGE. Os textos com as críticas e sugestões dos debatedores são fornecidos no final do documento. O conjunto dos trabalhos, e respectivos comentários, será publicado em breve, na forma de um livro.

** Da Ence/IBGE e da Fundação Ford.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guilherme Gomes Dias

Secretário Executivo – Simão Cirineu Dias

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Roberto Borges Martins

Chefe de Gabinete

Luis Fernando de Lara Resende

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Eustáquio José Reis

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Gustavo Maia Gomes

Diretor de Administração e Finanças

Hubimaier Cantuária Santiago

Diretor de Estudos Setoriais

Luis Fernando Tironi

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Murilo Lôbo

Diretor de Estudos Sociais

Ricardo Paes de Barros

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A produção editorial deste volume contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, REDE-IPEA, operacionalizado pelo Projeto BRA/97/013 de cooperação técnica com o PNUD.

EDITORIAL

Coordenação

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Supervisão

Helena Rodarte Costa Valente

Revisão

Alessandra Senna Volkert (estagiária)

André Pinheiro

Elisabete de Carvalho Soares

Lucia Duarte Moreira

Luiz Carlos Palhares

Miriam Nunes da Fonseca

Editoração

Carlos Henrique Santos Vianna

Rafael Luzente de Lima

Roberto das Chagas Campos

Ruy Azeredo de Menezes (estagiário)

Divulgação

Libanete de Souza Rodrigues

Raul José Cordeiro Lemos

Reprodução Gráfica

Edson Soares

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10^º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14^º andar

20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 INFORMAÇÕES SOBRE NUPCIALIDADE NO BRASIL 3

3 SITUAÇÃO DA NUPCIALIDADE NO BRASIL HOJE 4

4 COMENTÁRIOS FINAIS 35

ANEXO I 36

ANEXO II 37

ANEXO III 38

BIBLIOGRAFIA 39

SINOPSE

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância da variável nupcialidade dentro das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) e a lacuna que ficou na segunda metade da década de 1990 quando essa dimensão da vida das pessoas foi completamente eliminada do questionário da PNAD a partir de 1996.

A análise está centralizada na única informação sobre nupcialidade levantada nas PNADs de 1992 a 1995, e restrita ao estado conjugal da população de 15 anos e mais. Mesmo assim, esta variável mostra os grandes diferenciais que se observam na população, por estado conjugal, em diversos aspectos, que vão desde diferenciais por educação, passando pelos arranjos familiares, até sua condição de atividade.

Por outro lado, também se observam importantes mudanças na distribuição da população casada por tipos de união, o grande aumento das separações e o elevado crescimento dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres. Todas essas transformações exigem um acompanhamento ao longo do tempo, considerando-se a grande velocidade com que ocorrem essas mudanças.

A análise conclui sobre a urgente necessidade de reincorporar a variável nupcialidade nas próximas PNADs, incluindo quesitos permanentes no questionário da pesquisa e a necessidade de um suplemento especial sobre o tema que permita levantar as histórias de nupcialidade da população. Isso permitirá, inclusive, fazer um paralelo com os resultados observados no suplemento sobre nupcialidade da PNAD de 1984.

ABSTRACT

Nuptiality is an important variable to be considered in social and demographic researches. For this reason it should be included in national surveys. This has not happen in Brazil since 1996.

The objective of this paper is to reinforce the importance of this variable for national surveys. In this analysis we use the latest information available for nuptiality and only restricted to marital status. These data are available in the National Research Survey (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD) for 1995.

We analyse the main differential by marital status observed in the population, related to several socio-economic variables, as education, family arrangements and economic activity. We also observed important changes in the married population distribution by type of union, a large increase in divorce and single parent households headed by women. All these changes occur very rapidly and need to be followed through time.

1 INTRODUÇÃO

Os casamentos diminuem e as separações aumentam no Brasil, como mostram as taxas de casamentos legais e as cifras de separações e divórcios do registro civil apresentadas pelo IBGE (*Folha Online*, dezembro 2001). Estas manchetes de jornais, cada vez mais comuns ao redor do mundo, se confirmam nos estudos demográficos para o Brasil e colocam na ordem do dia a discussão do declínio do casamento como um imperativo cultural. E mesmo que o casamento legal continue sendo a forma preferida de união, a diminuição do seu peso relativo no total das uniões aponta para mudanças nas regras de comportamento familiar e suas conseqüências para a sociedade e os indivíduos. Portanto, os brasileiros, em geral, estariam se tornando cada vez mais tolerantes com respeito a tipos de uniões alternativos e à criação dos filhos em arranjos familiares diversos. Um exemplo notável é a recente decisão, inédita, de um juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, que outorgou a guarda do filho de uma artista recentemente falecida à sua companheira, criando jurisprudência para futuros casos que ocorram entre casais homossexuais (*Jornal do Brasil*, 9/janeiro/2002). Por outro lado, os novos princípios constitucionais de 1988, ao ampliarem a lei do divórcio e reconhecerem a união estável como família, também confirmam este sentimento.

De fato, o Estado brasileiro, apesar de seguir fomentando o casamento legal como a forma ideal de constituir família, hoje aceita a união estável como sinônimo de família para efeitos de proteção social. Quer dizer, duas pessoas de sexo oposto que moram na mesma casa, mas que não necessariamente estejam casadas legalmente, são consideradas como sendo uma família. Da mesma forma, a ampliação da lei de divórcio em 1988 aponta para as várias possibilidades de recasamentos, relativiza o peso do casamento legal e estimula a aceitação de novos arranjos maritais.

Assim, a discussão sobre a nupcialidade se ampliou em termos substantivos e impõe uma série de novas informações. Para alguns demógrafos a persistência do casamento legal sugeriria que as pressões sociais e os estímulos econômicos ao matrimônio permanecem; já outros sustentam que o fato de o indivíduo estar casado lhe propicia mais saúde, estabilidade econômica e felicidade, daí a importância reconhecida do casamento [ver Waite e Gallagber (2000)]. Considerando essas discussões e a disponibilidade dos dados de nupcialidade para o Brasil, este trabalho tem como objetivo principal enfatizar a crescente importância do tema e o paradoxal crescente “descaso” pelas informações a respeito nas fontes de dados oficiais brasileiras e, em particular, nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD). Ao fazermos isso apontamos para o debate atual sobre o tema, revisamos estudos demográficos brasileiros que discutem a nupcialidade, apresentamos um panorama recente das cifras e diferenciais da nupcialidade brasileira e concluimos sobre as limitações e as demandas por novas informações.

Para o desenvolvimento deste trabalho é importante esclarecer que o tema da nupcialidade abrange os processos de formação, duração e disrupção matrimonial em uma determinada população. Também se deve ter presente que os universos e unidades de análise variam se tratamos com a nupcialidade legal ou com a nupcialidade geral da população. No primeiro caso, levamos em conta o universo da população que está ou esteve *casada legalmente* e apenas os casais heterossexuais, posto

que no Brasil a lei ainda não permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo. No segundo, o universo é maior e inclui a população *que se declara estar ou que esteve em união* e as unidades poderiam ser casais hetero e homossexuais, sempre e quando se possa identificar o sexo dos parceiros.

Finalmente, chamamos a atenção para o fato de que a coabitação, atualmente um dos fenômenos mais importantes da nupcialidade brasileira, deveria ser vista em seus diferentes significados para os diferentes casais. Entre os casais heterossexuais a coabitação ainda aparece como um estágio no processo do casamento legal ou acaba em uma separação. Já entre os casais homossexuais a coabitação não aparece como uma opção mas como a única forma de união possível.

Por que e para quem é importante conhecer o estado civil e conjugal das pessoas?

A importância da informação sobre o estado civil e o tipo de união entre as pessoas está reconhecida e documentada nos estudos demográficos, em particular em termos dos comportamentos diferenciais da população. Por exemplo, através das diferenças nos níveis de fecundidade das mulheres casadas legalmente e aquelas em união consensual, as quais apresentam taxas de fecundidade bem mais elevadas entre as últimas [ver Lazo (2000)], e também por meio da participação das mulheres no mercado de trabalho, que, apesar de generalizada, ainda sofre influência da condição marital. A área de seguridade social é outro setor que requer informação sobre o estado civil/conjugal da população no presente e no futuro. O volume de população em cada categoria conjugal tem impactos diferenciados nos benefícios da seguridade social, assim como em outras áreas das políticas públicas.

As diferenças de mortalidade por estado conjugal também mostram que as pessoas casadas vivem mais que as solteiras. Entre as várias explicações para este fato, encontram-se: *a)* que os casais teriam um suporte social maior para combater o *stress* e cada cônjuge teria o outro para apoiá-lo quando doente; e *b)* seriam mais saudáveis pois, como casados, tenderiam a um estilo de vida mais regrado e estável [ver Goldani (1999 e 2001) e Waite e Gallagber (2000)]. Entretanto, outros estudos observam que a maior proteção à saúde que o casamento oferece beneficiaria mais os homens do que as mulheres; então, o casamento estaria de fato contribuindo para um aumento nas desigualdades de gênero [ver England (2001)]. A discussão feminista mais recente aponta para a necessidade de se avaliar as formas de proteção à saúde no interior dos matrimônios, tendo em conta as mudanças no papel das mulheres, os novos valores e atitudes, a renda, o emprego e o *status* [Goldani (1999)].

Por outro lado, entre os debates atuais a instabilidade matrimonial, associada à crescente desinstitucionalização dos matrimônios, emerge como uma questão central no debate sobre seguridade social e o papel das famílias para com seus dependentes. Em que medida o incremento na coabitação, separações e divórcios, associados com as mudanças nos papéis de gênero, responderiam pelos problemas de violência doméstica, aumento no uso de drogas e criminalidade entre os jovens e o chamado “abandono” dos idosos por parte de suas famílias? [ver Goldani (2001)]. Assim, a diminuição do peso relativo do matrimônio na vida familiar aparece como um elemento crítico, tanto em termos da dinâmica demográfica como para as questões sociais mais amplas a esta relacionadas.

2 INFORMAÇÕES SOBRE NUPCIALIDADE NO BRASIL

Apesar do interesse crescente pelos estudos de nupcialidade no mundo desenvolvido, uma pequena proporção de demógrafos tem desenvolvido este tipo de estudo nos países da América Latina, particularmente no Brasil. Existem sérios problemas quanto aos dados, pela falta de informações e de comparabilidade das séries disponíveis, uma vez que na prática só se contava com a escassa informação dos censos demográficos e algumas séries do registro civil [Lazo (1991)].

Mas, entre os pesquisadores que têm trabalhado nesta área, devem-se destacar os resultados conseguidos, apesar das restrições citadas. É o caso dos trabalhos pioneiros de Mortara (1943) sobre tábuas de nupcialidade, e, mais tarde, importantes trabalhos, como os de Silva (1979) sobre padrões de casamento no Brasil e sua situação no contexto internacional, e o de 1987 sobre endogamia por raça; Monteiro (1979), que discutiu diversos aspectos e fontes de dados sobre a nupcialidade no Brasil; Goldani (1981) e seu trabalho sobre a nupcialidade no Estado de São Paulo; Goldani e Wong (1981) sobre padrões e tendências da nupcialidade no Brasil; e Berquó (1987), com o estudo sobre a nupcialidade da população negra.

Em meados da década de 1980, a divulgação do suplemento sobre nupcialidade da PNAD de 1984 e as histórias de uniões das mulheres de 15 a 54 anos (ver questionário no Anexo II) representaram um marco nos estudos de nupcialidade no país. Esses dados permitiram a elaboração de três teses de doutorado sobre o tema, uma defendida no Brasil, concentrando seu interesse na nupcialidade no Estado de São Paulo e dando ênfase à idade ao casar, aos tipos de união, à endogamia dos casais e à duração das uniões [Lazo (1991)]. As outras duas foram defendidas no exterior, sendo a primeira de cunho mais abrangente, estudando ciclo vital, família e transição demográfica da mulher brasileira no século XX [Goldani (1989)] e a segunda sobre as escolhas matrimoniais e a importância do casamento para a mulher no Brasil [Greene (1991)]. A dissertação de mestrado foi defendida no país e versou sobre separações e recasamentos nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Norte e região Nordeste [Miranda-Ribeiro (1993)].

Posteriormente, outros trabalhos têm sido elaborados e publicados considerando os dados de história de uniões da PNAD de 1984. Entre esses podem ser citados: Lazo e Cremonesi (1997), sobre duração das uniões, Lazo (1992) e Greene e Rao (1995).

Mesmo diante desses resultados e das críticas apresentadas pelos estudiosos da nupcialidade com relação às fontes de dados, se avançou muito pouco na década de 1990. O questionário do Censo de 1991 repete os quesitos do Censo de 1980 e amplia timidamente as questões sobre nupcialidade acrescentando duas novas perguntas: uma sobre a data de início da primeira união e outra sobre a data de início do estado conjugal atual das pessoas separadas, desquitadas, divorciadas ou viúvas (ver Anexo I). A primeira pergunta só permite avaliar a idade do cônjuge na primeira união e a segunda pergunta, sobre o número de uniões, não permite determinar a duração da primeira, já que poderia estar superestimada nos casos de pessoas que tiveram mais de uma união. Sabe-se que nos últimos anos o recasamento tem um alto impacto, principalmente na população masculina, e não contamos com informações objetivas a respeito, salvo aquelas sobre recasamentos legais contemplados no registro

civil, os quais representam uma pequena parcela dos recasamentos *lato sensu* que ocorrem na população.¹

A esperança dos especialistas em nupcialidade eram as PNADs da década de 1990, mas novamente esta importante variável demográfica fica restrita a quatro perguntas, que apenas identificam a situação conjugal da população na data de referência da pesquisa (ver Anexo III). Mais grave ainda foi a eliminação dessas quatro perguntas da PNAD de 1996 em diante.

Finalmente na amostra do Censo de 2000 a seção sobre nupcialidade sofreu um grande retrocesso, pois foi reduzida drasticamente, deixando apenas três questões que só permitem identificar o estado civil ou conjugal dos entrevistados e o tipo de união das pessoas que vivem em companhia de cônjuge, eliminando assim as perguntas sobre data de início da primeira união e data de início da situação conjugal atual (ver Anexo I).

As seções seguintes deste trabalho têm por objetivo mostrar a importância da nupcialidade como uma dimensão da vida das pessoas e sua relação com outras variáveis sociais, o que torna cada vez mais urgente incluir a nupcialidade como tema a ser estudado e incorporado nas pesquisas sociais, e em particular nas PNADs de 2000. Parece urgente, por exemplo, repetir um suplemento sobre história de uniões, do tipo aplicado na PNAD de 1984, superando as restrições já apontadas pelos usuários desses dados, e incluindo também, no universo analisado, a população masculina. Hoje, parece mais claro que a nupcialidade tem de ser estudada tanto para homens como para mulheres, até mesmo pelo significado distinto que a união conjugal pode ter para cada sexo.

Para concluir, lembraremos palavras já ditas por Goldani (2000): “(...) Projetos de produção de dados anunciados neste início de milênio, do tipo censo demográfico, pesquisas domiciliares do tipo PNAD, padrão de vida e condições de saúde deveriam ter como preocupação central o conhecimento das dimensões plurais da vida das pessoas, tratando de identificar, o melhor possível, as igualdades, desigualdades e diferenças. Só assim essas pesquisas lograriam traçar um perfil mais fiel da qualidade de vida da população, suas carências e demandas.”

3 SITUAÇÃO DA NUPCIALIDADE NO BRASIL HOJE

A seguir serão destacadas as principais características da nupcialidade que podem ser extraídas da última PNAD com informação sobre nupcialidade (PNAD de 1995)² e as principais mudanças ocorridas na nupcialidade no Brasil nas últimas décadas.

¹ Estimativas feitas para São Paulo mostram, por exemplo, que de cada recasamento legal de viúvos há 2,5 casos de uniões consensuais e a cada recasamento de viúvas esse número aumenta para 3,4 [Lazo e Santana (1998)].

² É bom lembrar que em 1994 não foi realizada a PNAD e anteriores a essa só temos as de 1992 e 1993, muito próximas do Censo de 1991.

3.1 A POPULAÇÃO POR ESTADO CONJUGAL

A informação sobre nupcialidade da população mais conhecida e utilizada é a relativa a seu estado conjugal. Esta informação tem sido levantada tradicionalmente nos censos demográficos, porém mais esporadicamente nas PNADs.³

A importância desta informação fica clara nos gráficos e tabelas apresentados a seguir. A Tabela 1 mostra a distribuição da população por estado conjugal ao longo de um período de 15 anos, de 1980 a 1995. Observa-se uma redução de 4,3% da população solteira ao longo do período, como consequência da maior sobrevivência da população em idade adulta, na sua maioria não-solteira. Essa redução foi maior para as mulheres (5%) do que para os homens (3,1%), como esperado, dada a maior esperança de vida das primeiras. Conseqüentemente, esperar-se-ia um aumento relativo da população casada, mas esta só tem um incremento de 0,8% no período. A explicação está no salto da população separada, desquitada ou divorciada, que passa de 3,9% em 1980 para 6,6% em 1995, considerando a população total. Esse salto é maior ainda no caso das mulheres: de 3,5% de separadas em 1980 para 8,6% em 1995, um incremento de mais de 5%. Curiosamente, a população masculina separada, desquitada ou divorciada permanece quase no mesmo patamar (entre 4,1% e 4,5%), salvo no ano de 1991. Essa diferença de padrão certamente está associada a maior propensão ao recasamento dos homens.⁴ Por último, o grupo dos viúvos e viúvas representa o estado conjugal que, relativamente, apresentou a menor variação ao longo do período, mantendo-se sempre a maior proporção de viúvas do que de viúvos (ver Tabela 1).

TABELA 1

Brasil: Percentagem da População por Estado Conjugal: Mulheres e Homens — 1995

Brasil	Ano	Estado conjugal				Total
		Solteira	Casada	Sep./Desq./Div.	Viúva	
Total	1980	34,2	57,0	3,9	4,9	100,0
	1991	32,1	58,6	4,4	5,0	100,0
	1993	30,0	58,2	6,3	5,5	100,0
	1995	29,9	57,8	6,6	5,6	100,0
Mulheres	1980	31,5	56,9	3,5	8,1	100,0
	1991	28,6	57,2	6,0	8,1	100,0
	1993	26,5	56,2	8,3	8,9	100,0
	1995	26,5	55,7	8,6	9,2	100,0
Homens	1980	36,8	57,2	4,3	1,7	100,0
	1991	35,7	60,0	2,7	1,6	100,0
	1993	33,7	60,3	4,1	1,8	100,0
	1995	33,7	60,1	4,5	1,8	100,0

Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 1991 e PNADs de 1993 e 1995.

³ É o caso da PNAD de 1984 e das PNADs da primeira metade da década de 1990 (1992, 1993 e 1995). Depois dessa data a pergunta sobre estado conjugal da população foi retirada sem maiores justificativas, a não ser a necessidade de reduzir o tamanho do questionário.

⁴ Este fenômeno até agora não pode ser estudado nem medido no Brasil por falta de informação adequada. A grande maioria dos recasamentos não é de pessoas separadas legalmente nem unidas legalmente, portanto não constam do registro civil. Somente em levantamentos nacionais, como a amostra do censo ou a PNAD, podem preencher esse vazio, incluindo este tema nos seus quesitos.

Considerando também o estado conjugal da população por grupos de idade, temos, em 1995, nos Gráficos 1 e 2, uma visão mais clara da situação. Neles se destacam as grandes diferenças entre mulheres e homens. O maior peso do estado de desquitado, separado, divorciado e viúvo está na população feminina. Somados, esses grupos representam quase 18% do total da população feminina. Já no caso dos homens, esse conjunto não chega a 6,5%.

GRÁFICO 1
Brasil: Distribuição da População Feminina por Estado Conjugal — 1995

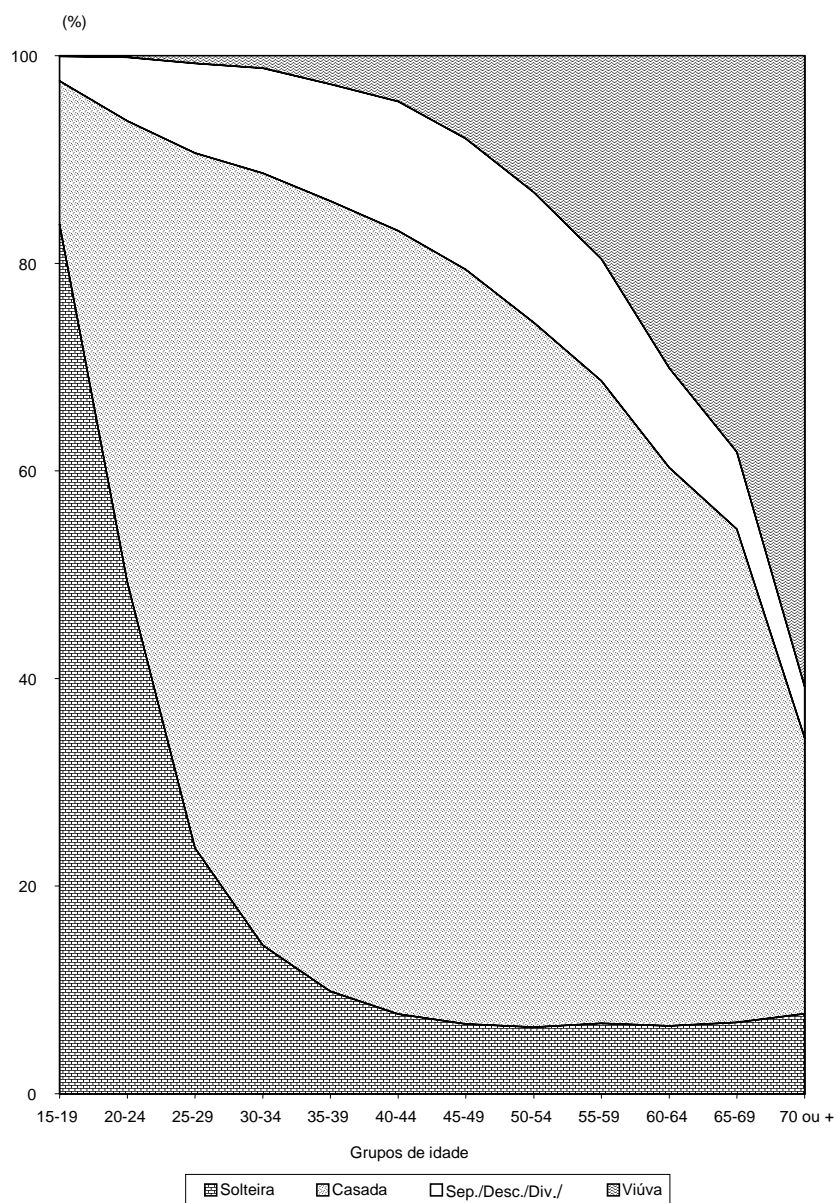
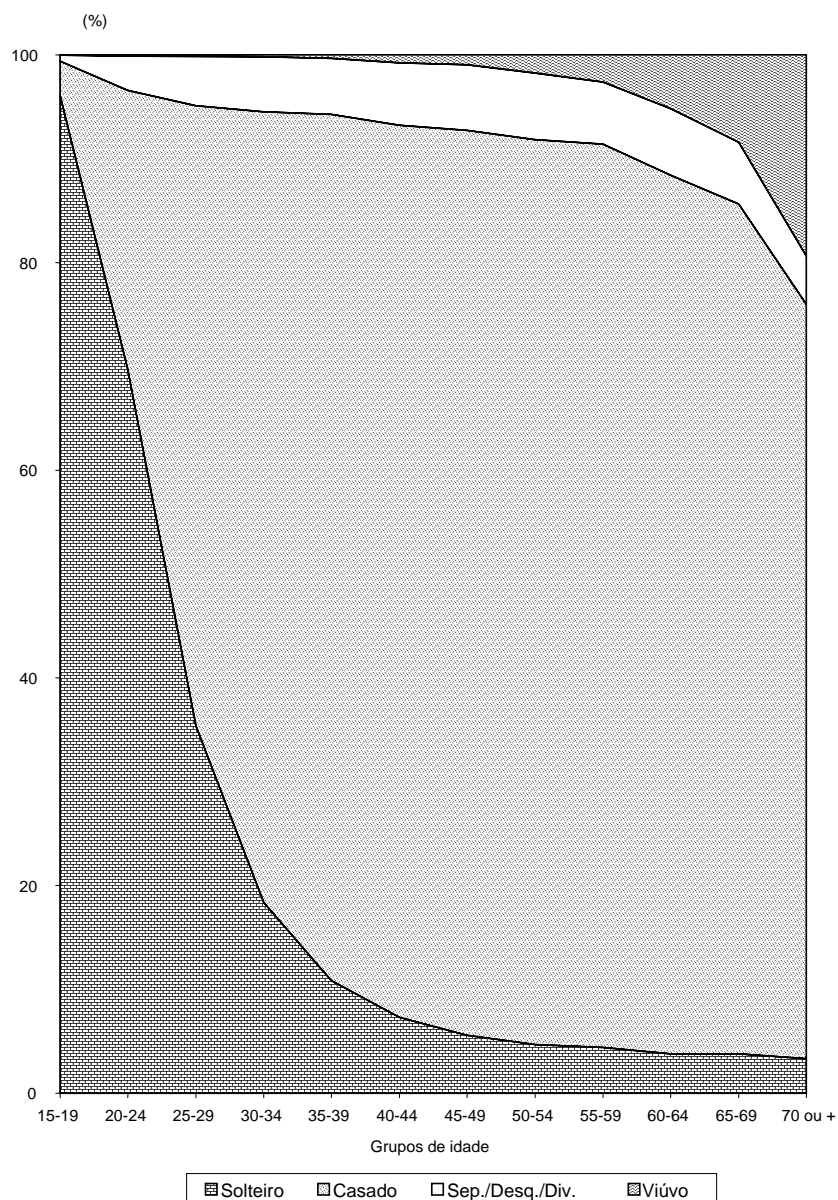


GRÁFICO 2
**Brasil: Distribuição da População Masculina por Estado
 Conjugal — 1995**



Essa diferença exige um estudo profundo da situação dessas mulheres, principalmente das separadas com filhos e também das viúvas, por se tratar, em geral, de população mais idosa. Em 1995, 9,2% da população feminina de 15 anos e mais era viúva (mais de cinco vezes o peso relativo dos viúvos na população masculina).

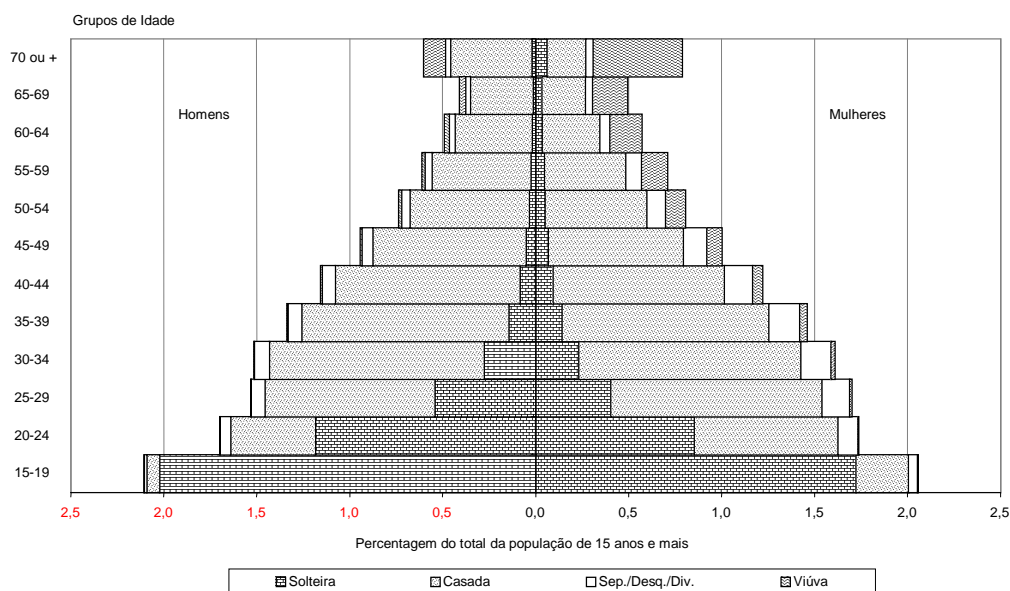
A população masculina casada parece ter chegado a um patamar de estabilidade ao redor de 60%, diferente do comportamento da população casada feminina que mostra um decréscimo quase contínuo no período considerado, chegando a 55,7% em 1995.

Uma visão relativa do estado conjugal da população, tanto por sexo como por grupos etários, está apresentada no Gráfico 3. Aqui, pode-se ver o peso relativo de solteiros, concentrado nas idades mais jovens, e a distribuição dos casados ao longo de

todas as faixas etárias. Também fica muito claro o maior peso das separações na população feminina e nas faixas de idade intermediárias. Por último, pode-se observar o peso crescente da viuvez feminina e seu desequilíbrio com relação à viuvez masculina.

GRÁFICO 3

Brasil: Distribuição da População de 15 Anos e mais por Sexo, Grupos de Idade e Estado Conjugal — 1995



Cabe acrescentar neste ponto um breve comentário sobre a situação de atividade da população de 15 anos e mais, por estado conjugal. Em 1995, mais de 50% das mulheres casadas estavam na força de trabalho, assim como mais de 70% das separadas/desquitadas/divorciadas e quase 30% das viúvas (ver Tabela 2). Esses números aproximam-se cada vez mais da condição de atividade dos homens, o que deve ser levado em consideração nas políticas de emprego, em particular pelas especificidades da população feminina por estado conjugal. As mulheres casadas e separadas, que na sua grande maioria ainda têm a responsabilidade do cuidado dos filhos e às vezes até dos parentes idosos, deveriam contar com o apoio de políticas públicas específicas para sua condição familiar.

TABELA 2

Brasil: Condição de Atividade por Estado Conjugal da População de 15 Anos e mais — 1995

Situação conjugal	Economicamente ativo		Não-economicamente ativo		Total	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Solteira	59,3	77,7	40,6	22,3	100,0	100,0
Casada	52,1	88,8	47,6	11,2	100,0	100,0
Sep./Desq./ Div.	71,1	84,5	28,9	15,5	100,0	100,0
Viúva	29,5	42,6	70,5	57,4	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: A condição de atividade refere-se à semana de referência da pesquisa.

3.2 OS SOLTEIROS

Os resultados da seção anterior mostraram o peso relativo da população solteira de 15 anos e mais no Brasil em 1995 (quase 30%), e seu diferencial por sexo (26,5% das mulheres e 33,7% dos homens). Em 1995, o número de homens solteiros ultrapassa o de mulheres solteiras em 2.575.601. Essa diferença acentua-se ainda mais ao se levar em consideração cor e nível de instrução da população solteira.

Diferenças por cor

Os Gráficos 4 e 5 mostram a proporção de solteiras por cor e grupos de idade. O que se pode observar é uma propensão maior da população de origem asiática a permanecer solteira até a idade de 30 a 34 anos, tanto para homens como para mulheres.⁵ Após essa idade há uma aproximação entre os grupos por cor, mas a proporção de solteiros definitivos aos 50 anos [Proportion New Married] fica maior para homens de origem asiática (6%), seguidos de pretos (5,6%), brancos (5,3%) e pardos (4,7%). No caso das mulheres a situação é outra. A maior percentagem de solteiras definitivas corresponde às mulheres pretas (8,5%), seguidas das brancas (6,7%), amarelas (6,1%) e por último as pardas (5,5%). Resultados análogos já tinham sido observados por Berquó (1987) para o Brasil em 1980.

Um segundo grupo que merece destaque, pelo seu diferencial no comportamento entre homens e mulheres, é o de cor preta. A permanência no estado de solteiro das mulheres pretas é uma situação intermediária entre amarelas e brancas e pardas (com os dois últimos grupos diferindo muito pouco entre si). Assim, a proporção de mulheres pretas solteiras na faixa etária de 25 a 29 anos é de 31,4%, 11,8% menor que a de amarelas (com 43,2% de solteiras nessa faixa etária) e 8,4% superior à média de brancas e pardas. Por outro lado, a situação dos homens pretos fica muito mais próxima de pardos e brancos até os 30 anos, idade a partir da qual a proporção de solteiros começa a aumentar, relativamente a esses dois grupos, e passa a uma situação intermediária se for considerado também o grupo amarelo.

Em outras palavras, destaca-se sempre o grupo amarelo como o grupo que casa mais tarde e tem maior proporção de solteiros até os 45-49 anos. A população preta tem um comportamento intermediário, no caso das mulheres, e mais próximo dos grupos branco e pardo para os homens até aproximadamente os 30 anos, idade a partir da qual eles voltam a uma posição intermediária entre os outros três grupos. A população parda é a que se destaca pela sua menor permanência no estado de solteiro ao longo dos grupos de idade considerados, relativamente aos outros grupos por cor.

⁵ Por exemplo, na faixa etária de 25 a 29 anos, 43,2% das mulheres e 68,7% dos homens amarelos ainda permaneciam solteiros, contra 31,4% de mulheres e 36,6% de homens da população branca da mesma faixa etária, em 1995. Resultados análogos foram observados por Lazo (1991) para o Estado de São Paulo, em 1984.

GRÁFICO 4

Brasil: Percentual das Mulheres Solteiras por Cor e Grupos de Idade — 1995

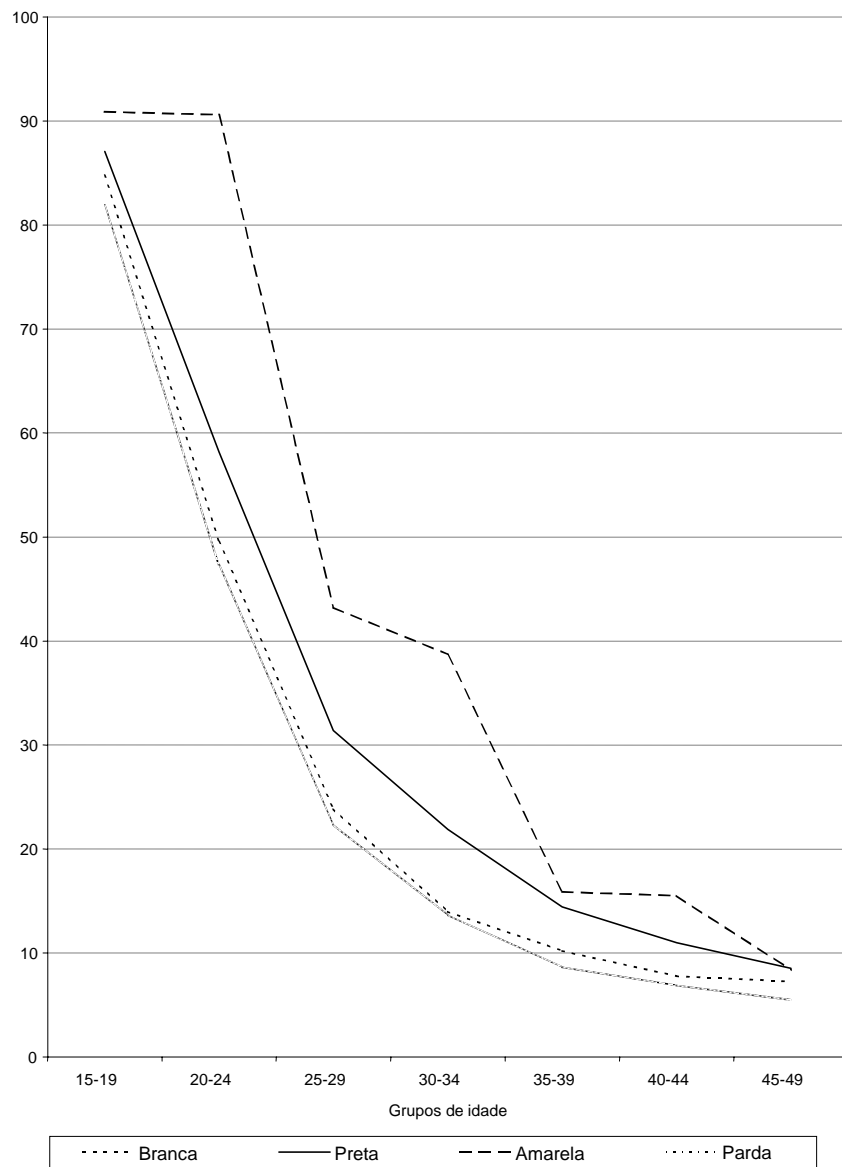
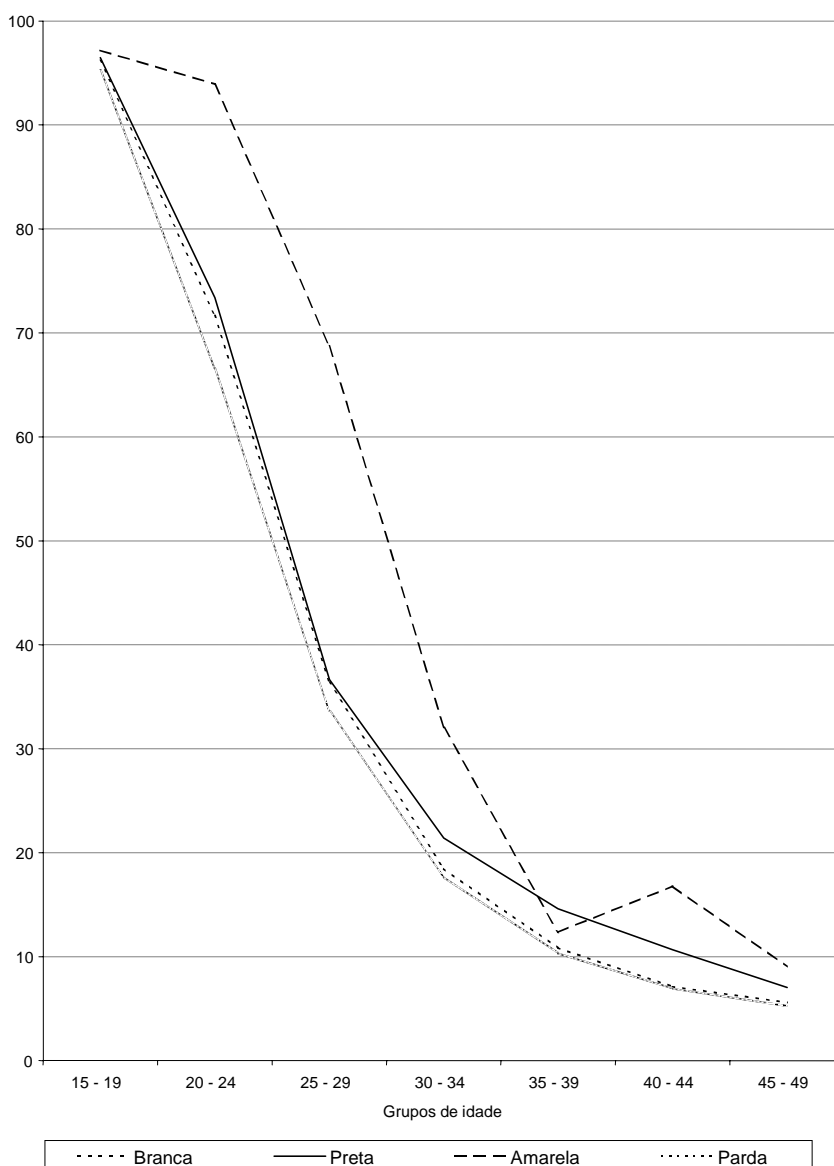


GRÁFICO 5

Brasil: Percentual dos Homens Solteiros por Cor e Grupos de Idade — 1995*Diferenças por educação*

Os diferenciais já observados nos itens anteriores acentuam-se, no caso das mulheres, ao se considerar os anos de estudo. Os Gráficos 6 e 7 mostram a proporção de solteiros por grupos de idade e nível de instrução⁶ para o Brasil em 1995. Aqui destaca-se o padrão de comportamento de três grandes grupos: os que têm 11 anos de estudo ou mais (segundo grau completo ou mais) e corresponde ao grupo que permanece mais tempo na condição de solteiro, seguido do grupo que tem 8 a 10 anos de estudo (primeiro grau completo ou segundo grau incompleto) e, por último, os que têm menos de 8 anos de estudo e são os que casam mais cedo. Assim, por exemplo, entre as mulheres com 25 a 29 anos de idade e 11 anos de estudo ou mais, 40% ainda estão solteiras, contra 25% das com 8 a 10 anos de estudo, e menos de

⁶ A forma como foi categorizada a variável "anos de estudo" levou em consideração estudo já realizado por Lazo (1991).

15% ainda estão solteiras dentre aquelas com menos de 8 anos de estudo. Observa-se que o comportamento dos homens é o mesmo das mulheres, mas com diferenciais bem menos acentuados entre os grupos de instrução. Para a mesma faixa etária considerada (25 a 29 anos), 46% dos homens com 11 anos de estudo ou mais ainda estão solteiros. O restante varia entre 29% e 34% de solteiros para os outros grupos de instrução.

GRÁFICO 6

Brasil: Percentual das Mulheres Solteiras por Grupos de Idade e Anos de Estudo — 1995

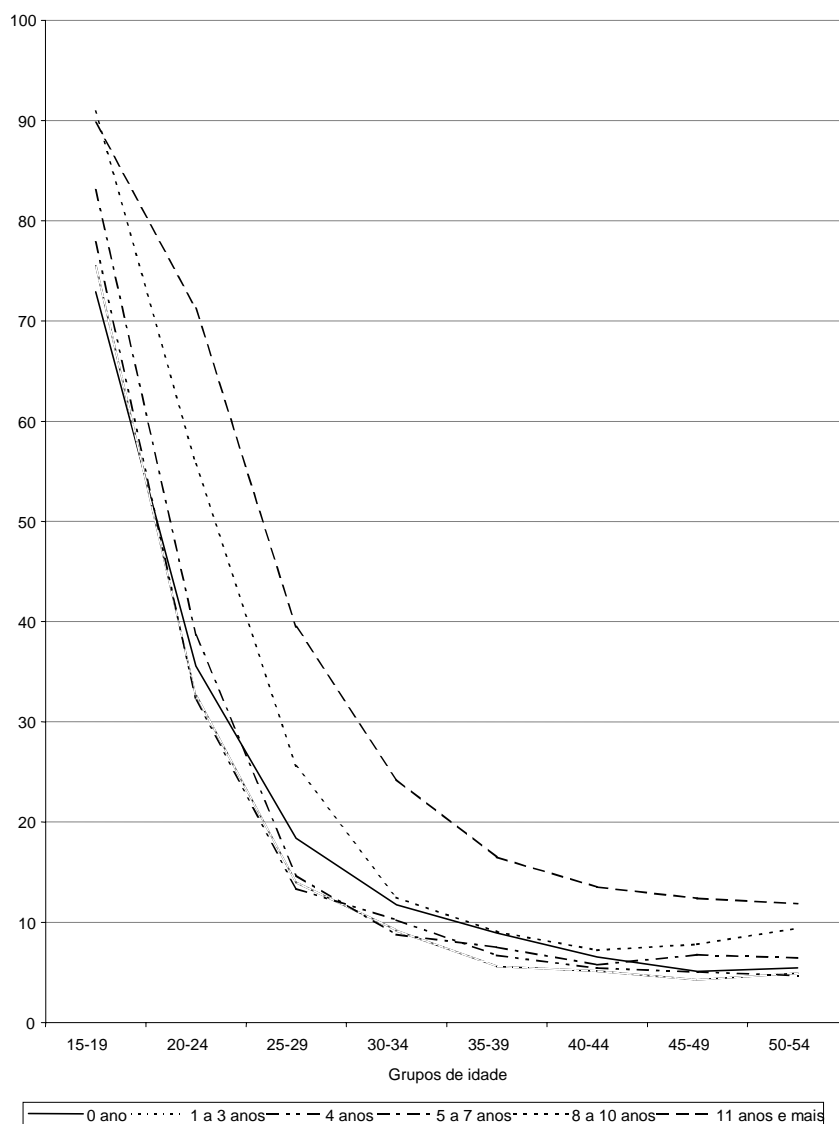
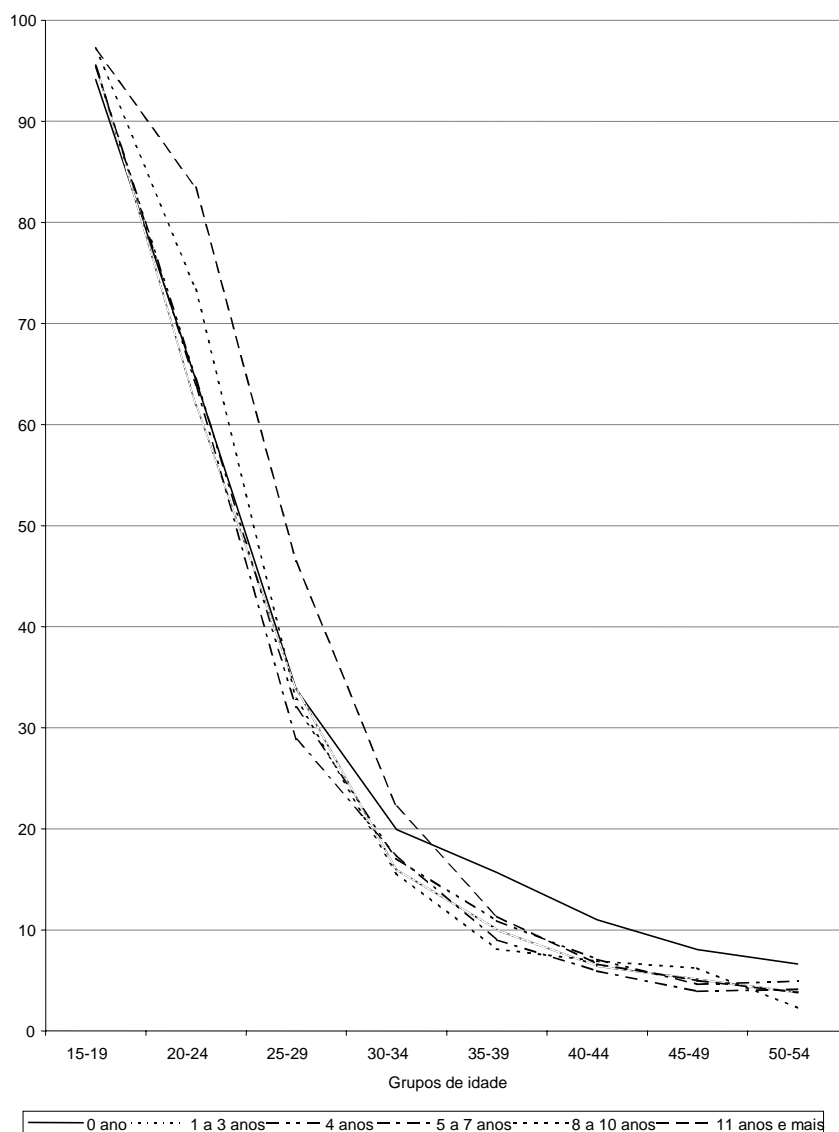


GRÁFICO 7

Brasil: Percentual dos Homens Solteiros por Grupos de Idade e Anos de Estudo — 1995


Por outro lado, o celibato definitivo (ou proporção de solteiros aos 50 anos), por nível de instrução, apresenta um padrão bastante diferente entre homens e mulheres. Para as últimas, a maior percentagem de solteiras continua sendo no grupo com maior instrução (12,1%), mas no caso dos homens, além de terem níveis mais baixos de celibato definitivo, a maior percentagem corresponde ao grupo de menor instrução (7,3%). Alguns autores explicam esse fenômeno, no caso das mulheres, observando que as que não se casam podem continuar estudando e atingir níveis mais elevados de educação. Outra corrente sugere que as mulheres, atualmente, têm maior interesse de investir na sua educação e profissão e, por isso, acabam adiando o casamento. Quando finalmente entram no mercado matrimonial, encontram uma situação desfavorável quanto à disponibilidade de possíveis parceiros, tendo como consequência uma percentagem maior de mulheres solteiras nesse grupo de instrução.

Pesquisas profundas a este respeito seriam necessárias para poder fundamentar esses argumentos e explicar melhor os resultados observados.

Os homens, ao contrário das mulheres mais educadas, fazem parte do grupo com menor percentagem de solteiros aos 50 anos (4,4%, valor muito próximo daqueles com algum nível de instrução). O caso extremo são os homens com menos de um ano de estudo, que têm a maior percentagem de solteiros aos 50 anos (7,3%), como já mencionado, mas mesmo assim esse percentual representa uma proporção de solteiros menor do que a das mulheres com 8 a 10 anos de estudo.

Portanto, pode-se concluir que as mulheres que permanecem mais tempo na condição de solteiras são as que têm mais anos de estudo. Já no caso dos homens esse comportamento é válido até a faixa de 30 a 34 anos. Após essa idade os que permanecem mais solteiros são aqueles com menos de um ano de instrução.

Arranjos de vida dos solteiros

Os arranjos de vida dos solteiros variam muito conforme a idade (ver Gráficos 8 e 9). Entre os mais jovens (15 a 19 anos), quase 90% dos homens e pouco mais de 85% das mulheres moram com pelo menos um dos pais; nessa faixa etária, 9,2% dos homens e quase 10% das mulheres moram com outros parentes, restando 1,5% e 4,3%, respectivamente, em outro tipo de arranjo. Essa grande diferença entre homens e mulheres em “outro tipo de arranjo” nessa faixa etária é a situação particular das mulheres — quase 3% estão na condição de empregada doméstica (176.907 jovens no país em 1995).

Na idade de 30 a 34 anos, pouco mais de 5% das mulheres e 10% dos homens solteiros já moram sós. Quase 9% das solteiras e 7% dos solteiros são “pessoa de referência” do domicílio onde residem, mas perto de 70% do total ainda permanecem na condição de “filho”.

De 50 a 54 anos, o arranjo de vida mais comum dos solteiros é como membro do domicílio de um parente (27% das mulheres e 30% dos homens). A segunda situação mais comum é morando com pelo menos um dos pais e na condição de “filho” (27% das mulheres e 20% dos homens). Vinte e três por cento das mulheres e 21% dos homens solteiros são agora “pessoa de referência” do domicílio onde residem.⁷ Por último, 15% das mulheres e pouco mais de 20% dos homens solteiros moram sós.

O arranjo de vida dos solteiros mais idosos (60 a 69) é, na sua grande maioria, como membro do domicílio de um parente (37% das mulheres e 35% dos homens). Em segundo lugar, as mulheres mais idosas são “pessoa de referência” do domicílio onde residem (27% dos casos) e 24% moram sós. No caso dos homens solteiros mais idosos, a segunda maioria mora só (32%) e é pessoa de referência do domicílio onde reside em menor percentagem que as mulheres (21%). Os outros solteiros e idosos ficam em outros tipos de arranjo.

⁷ Esse grupo pode incluir tanto mães solteiras morando com seus filhos, como pessoas que moram com seus pais ou com outros parentes.

GRÁFICO 8

Brasil: Distribuição das Solteiras por Condição no Domicílio — 1995

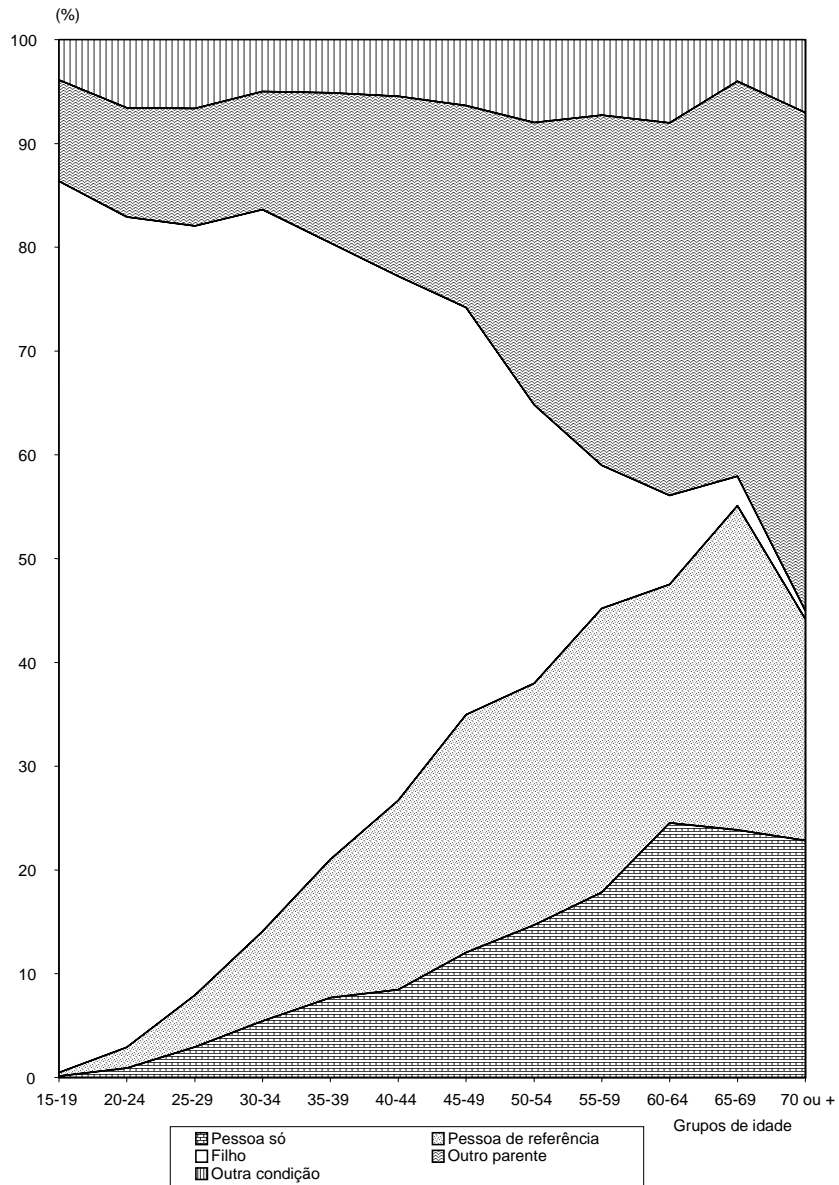
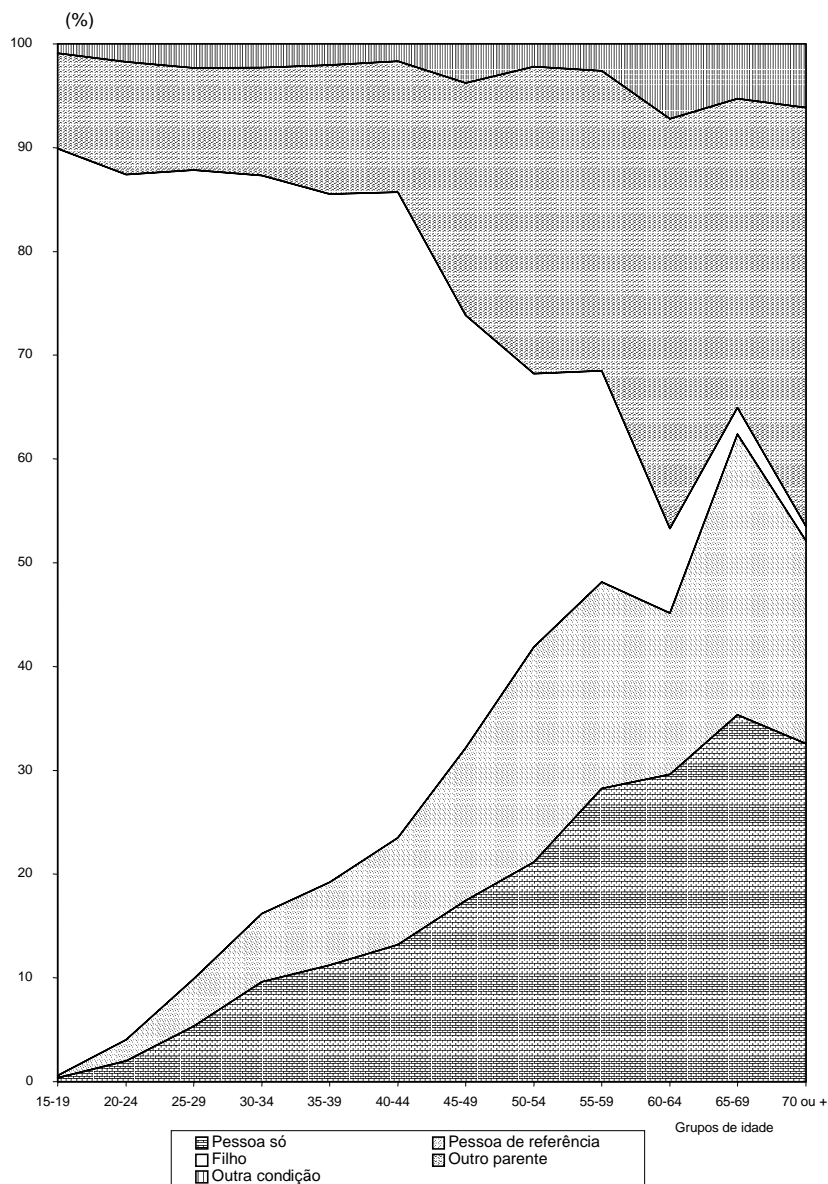


GRÁFICO 9

Brasil: Distribuição dos Solteiros por Condição no Domicílio — 1995

3.3 OS CASADOS

3.3.1 Os Tipos de União

A evolução dos tipos de união ao longo do período 1980-1995 está apresentada na Tabela 3. Pode-se observar que o tipo de união que mais cresceu foi o da união consensual (quase 12% no período, passando de 11,8% em 1980 para 23,5% em 1995), tornando-se o segundo tipo de união preferido pelos casais. A segunda grande mudança foi a redução contínua das uniões de tipo civil e religiosa. Diminuíram quase 9% no período, passando de 63,8% dos casos em 1980 para 55% em 1995. As uniões de tipo só civil quase não variam, permanecendo no patamar dos 17%. E as uniões só religiosas continuam seu ritmo de redução, chegando a representar apenas 4,5% de todas as uniões em 1995.

TABELA 3

Brasil: Distribuição da População por Tipo de União — 1980-1995

(Em %)

Brasil	Ano	Tipo de união				Total
		Civil	Religioso	Civil e religioso	União consensual	
Total	1980	16,3	8,1	63,8	11,8	100,0
	1991	18,4	5,2	58,1	18,4	100,0
	1993	17,6	4,7	57,2	20,6	100,0
	1995	17,1	4,5	55,0	23,5	100,0
Mulheres	1980	16,3	8,1	63,8	11,7	100,0
	1991	18,4	5,2	58,1	18,3	100,0
	1993	17,6	4,7	57,2	20,5	100,0
	1995	17,1	4,5	55,0	23,4	100,0
Homens	1980	16,4	8,1	63,8	11,8	100,0
	1991	18,4	5,2	58,0	18,4	100,0
	1993	17,6	4,7	57,1	20,6	100,0
	1995	17,1	4,5	54,9	23,5	100,0

Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 1991 e PNADs de 1993 e 1995.

Com relação às uniões consensuais é de conhecimento geral que são as uniões preferidas pela população jovem. Os Gráficos 10 e 11 mostram que a união consensual é a preferida pela ampla maioria dos casais menores de 25 anos. Dos jovens entre 15 e 19 anos que se declararam unidos, 73% dos homens e 60% das mulheres se declararam em união consensual. Essa percentagem cai para 52% e 41% nos jovens de 20 a 24 anos, respectivamente. A partir dos 25 anos, tanto na declaração de homens como na de mulheres, verifica-se que a maioria das uniões é do tipo civil e religioso. Esse tipo de união aumenta em importância à medida que se consideram populações mais velhas, chegando a mais de 60% dos casados com 45 a 49 anos.

Por outro lado, a união só civil permanece num patamar mais baixo nas primeiras faixas etárias, tende a se estabilizar ao redor de 18% nas faixas de idade intermediárias e, a partir dos 40 anos, vemos que a percentagem de uniões de tipo só civil é muito próxima da proporção de uniões consensuais e ambas decrescem em importância à medida que a idade aumenta, chegando a algo em torno de 10% nas últimas faixas de idade consideradas.

Esses resultados vêm corroborar a importância da inclusão de questões sobre nupcialidade e, em particular, sobre tipos de união, nas pesquisas realizadas em nível nacional, pois é a única fonte de dados possível para acompanhar a evolução da população casada no país. O registro civil, nesse caso, se torna completamente insuficiente. Também as diferenças na distribuição do tipo de união entre homens e mulheres vêm corroborar o significado distinto que pode ter para cada sexo a união marital.

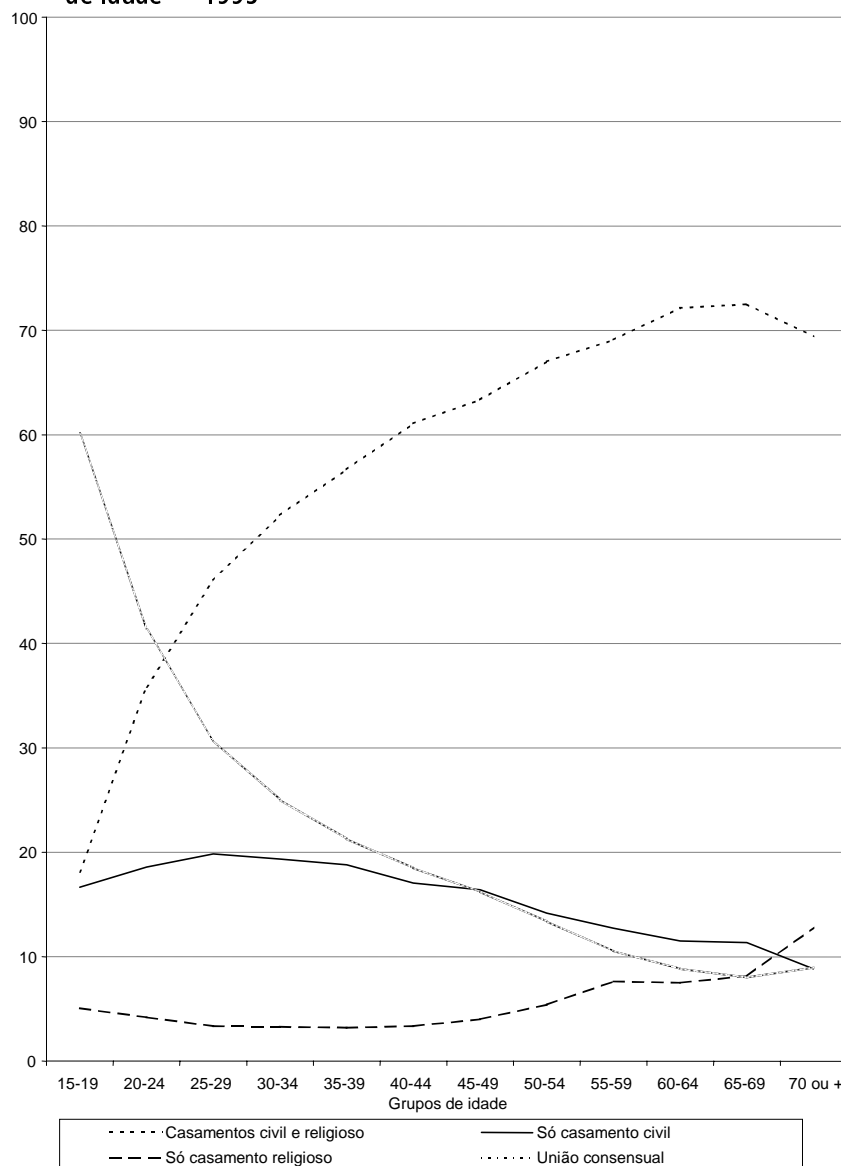
Diferenças por cor

As preferências pelos distintos tipos de união variam muito por cor. Assim, pode-se observar, nas Tabelas 4 e 5, que a população amarela é a que apresenta menor percentagem de uniões consensuais (12,1% das uniões das mulheres e 5,8% das

uniões dos homens) e a maior percentagem de uniões formais⁸ (quase 87% no caso das mulheres e 93% dos homens). Cabe acrescentar que, dessas uniões formais, quase três em cada quatro são de tipo civil e religioso. A união de tipo só religioso não ultrapassa 2% e é o tipo de união de menor preferência nesse grupo racial.

GRÁFICO 10

Brasil: Percentual das Mulheres Casadas por Tipo de União e Grupos de Idade — 1995



⁸ Entende-se por uniões formais as de tipo só civil ou civil e religiosa.

GRÁFICO 11

Brasil: Percentual dos Homens Casados por Tipo de União e Grupos de Idade — 1995

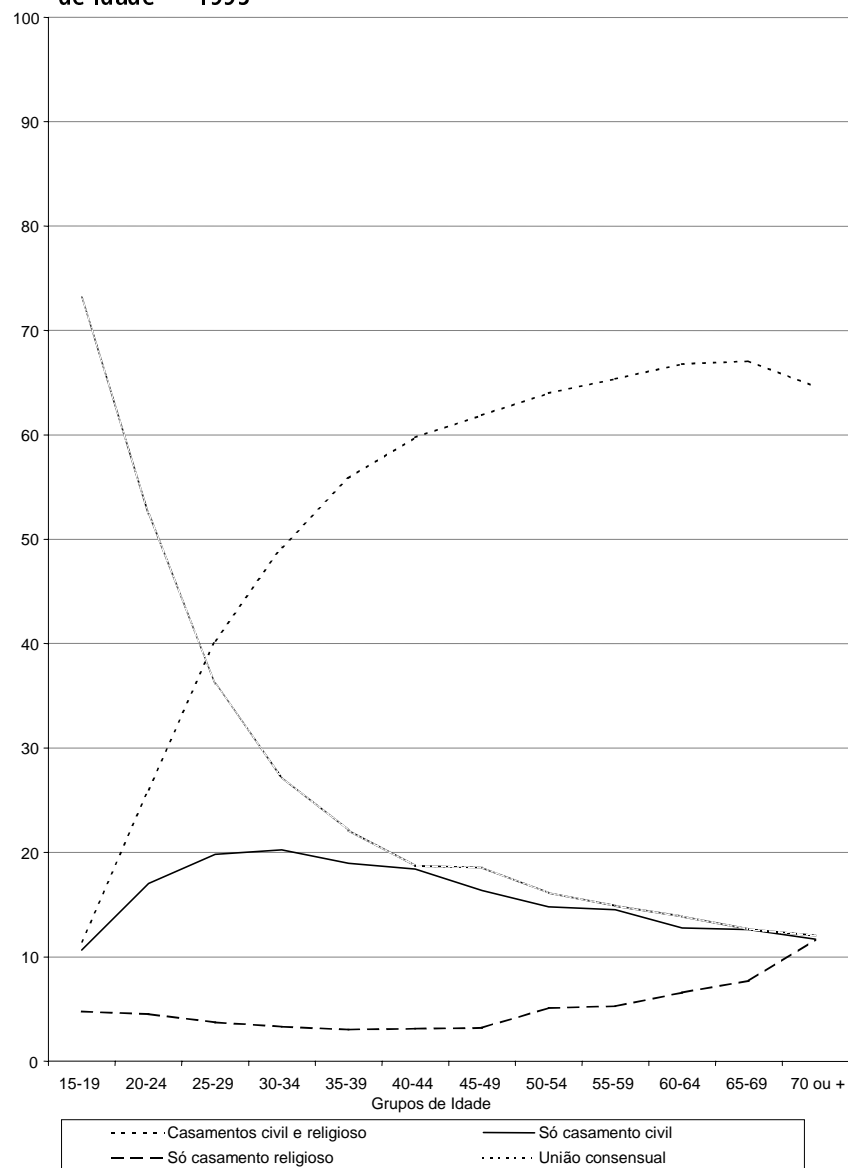


TABELA 4

Brasil: Percentagem de Mulheres Casadas por Tipo de União e Cor — 1995

Tipo de união	Cor			
	Branca	Parda	Preta	Amarela
Civil e religioso	64,4	41,5	39,8	64,9
Só civil	14,8	20,3	20,2	21,9
Só religioso	2,6	7,5	4,9	1,1
Consensual	18,2	30,8	35,1	12,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: População de 15 anos e mais.

TABELA 5

Brasil: Percentagem de Homens Casados por Tipo de União e Raça — 1995

Tipo de união	Cor			
	Branca	Parda	Preta	Amarela
Civil e religioso	64,0	42,8	40,6	69,2
Só civil	15,0	19,9	19,3	23,4
Só religioso	2,6	7,2	5,2	1,6
Consensual	18,4	30,0	34,9	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: População de 15 anos e mais.

Um padrão completamente oposto verifica-se nos grupos pardo e preto que têm a maior percentagem de uniões consensuais (30% em pardos e 35% em pretos). As uniões formais correspondem a aproximadamente 60% e 2/3 delas são de tipo civil e religioso. As uniões de tipo só religioso não ultrapassam 7,5% nesse grupos.

A população do grupo branco, como é conhecido, une-se majoritariamente em casamentos civil e religioso (64%) acrescido de 15% de uniões só civis, chegando a quase 80% de uniões legais. Os 20% restantes ficam divididos, aproximadamente, entre 18% de uniões consensuais e 2% de uniões só religiosas.

Diferenças por educação

Analisando a distribuição dos tipos de união por nível de instrução dos cônjuges, observa-se um padrão muito semelhante para homens e mulheres, apesar de somente 42% dos casais pertencerem à mesma categoria de anos de estudo adotada (ver Subseção 3.3.3). O que se verifica é um gradiente dentro das preferências de dois grupos: os casados com até 4 anos de estudo e os casados com 5 anos de estudo ou mais.

No primeiro grupo, a percentagem de uniões formais é pouco mais de 60% (ao redor de 45% de uniões civil e religiosa mais 17% de uniões só no civil) no caso dos cônjuges (homem ou mulher) com menos de um ano de estudo. Essa percentagem se eleva para mais de 75% quando um dos cônjuges tem 4 anos de estudo. O aumento das uniões formais se dá quase que exclusivamente pelo aumento das uniões civil e religiosa nos grupos com 1 a 3 e 4 anos de estudo, já que a união só civil apresenta pequena flutuação (ver Tabelas 6 e 7).

TABELA 6

Brasil: Percentagem das Mulheres Casadas por Tipo de União e Anos de Estudo — 1995

Tipo de união	Anos de estudo					
	0	1 a 3	4	5 a 7	8 a 10	11 e +
Civil e religioso	44,4	51,3	61,2	46,8	55,8	68,6
Só civil	16,8	18,0	15,4	19,9	18,5	14,8
Só religioso	11,8	5,4	2,9	2,3	2,1	1,8
Consensual	27,0	25,3	20,5	31,0	23,5	14,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: População de 15 anos e mais.

TABELA 7

Brasil: Percentagem dos Homens Casados por Tipo de União e Anos de Estudo — 1995

Tipo de união	Anos de estudo					
	0	1 a 3	4	5 a 7	8 a 10	11 e +
Civil e religioso	45,3	51,8	60,0	48,5	55,7	67,9
Só civil	16,8	18,0	16,5	19,2	18,3	14,5
Só religioso	12,1	4,7	2,5	2,4	1,9	1,3
Consensual	25,7	25,5	21,0	29,8	24,1	16,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: População de 15 anos e mais.

No segundo grupo as uniões formais variam, aproximadamente, entre 67% (no grupo com 5 a 7 anos de estudo) e 83% (no grupo com 11 anos de estudo ou mais). O aumento das uniões formais ao longo das categorias educacionais deste segundo grupo é conseqüência exclusiva do grande aumento das uniões civis e religiosas, já que as uniões só no civil perdem quase 5% de importância entre os cônjuges com 5 a 7 anos de estudo e os com 11 anos e mais (ver Tabelas 6 e 7). Assim, pode-se concluir que, na população casada, em que um dos cônjuges tem 11 anos de estudo ou mais, há uma preferência absoluta pelas uniões civil e religiosa.

Pelo lado das uniões não-formais, certamente é a união consensual a preferida em todos os casos, indo de aproximadamente 27% no grupo de menor instrução a 21% no grupo com 4 anos de estudo. No segundo conjunto, quase 31% da população casada com 5 a 7 anos de estudo está em união consensual, chegando a aproximadamente 15,5% no caso de 11 anos de estudo ou mais. Mesmo sendo este valor a menor percentagem de uniões consensuais observadas no conjunto da população unida por nível de instrução, tal valor quase coincide com o peso das uniões só civis (ver Tabelas 6 e 7).

Assim, se fosse possível estabelecer um gradiente na preferência pelos tipos de união na população em 1995, verificar-se-ia uma alteração significativa com relação a 1991, já que a união consensual tem a segunda preferência depois das uniões civil e religiosa, seguida da união civil e, por último, a união só religiosa.

3.3.2 Diferença de Idade entre os Cônjuges

Os casais tendem a ter idades próximas, sendo o marido, em geral, mais velho que a mulher. Também existe uma grande variabilidade nessa diferença, cuja magnitude depende desde aspectos culturais, incluindo os grupos raciais, o nível de instrução, situação de residência, até a ordem da união do casal [ver Casterline, Willians e Mc Donald (1986)].

A distribuição da diferença de idade entre os cônjuges presentes na amostra da PNAD de 1995 está apresentada na última coluna da Tabela 8. Na grande maioria dos casos (71,5%) o marido é mais velho que a mulher. Menos de 7% têm a mesma idade e em 18% dos casais a esposa é mais velha que o marido, mas apenas 8% superam a idade do esposo em 4 anos ou mais.⁹ A diferença de idade média estimada entre os cônjuges foi de 4 anos, com um desvio-padrão de quase 7 anos.

⁹ Resultado análogo foi encontrado por Berquó (1987) para algumas unidades da Federação em 1980.

TABELA 8

Brasil: Diferença de Idade entre os Casais por Cor — 1995

Diferença de idade	Cor do casal					Média
	Ambos brancos	Ambos pardos	Ambos pretos	Ambos amarelos	Cor diferente	
Homem mais velho						
11 anos e mais	9,7	13,9	11,8	8,4	13,7	11,7
8 a 10 anos	9,6	10,1	9,5	12,1	11,2	10,1
6 a 7 anos	11,4	11,3	8,9	6,3	11,4	11,3
5 anos	8,1	7,1	7,1	9,3	7,0	7,6
4 anos	9,2	7,9	7,3	11,1	7,3	8,4
3 anos	9,7	7,8	8,5	11,4	8,6	9,0
2 anos	9,5	8,1	8,4	12,8	7,8	8,8
1 ano	8,8	7,7	8,8	13,4	7,3	8,2
Mesma idade	7,1	6,7	7,3	3,4	6,8	6,9
Mulher mais velha						
1 ano	4,7	4,9	5,5	5,5	4,4	4,7
2 a 3 anos	5,5	5,8	6,4	3,3	5,6	5,6
4 anos e mais	6,6	8,6	10,4	2,9	8,9	7,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: Os casais considerados correspondem à "pessoa de referência" e ao cônjuge dos domicílios particulares pesquisados na amostra da PNAD de 1995.

Na Tabela 8 também podem-se observar algumas diferenças por cor do casal. Como a grande maioria se casa dentro do mesmo grupo de cor (ver resultados na Subseção 3.3.3), os casais de cor diferente foram agrupados em uma única categoria.¹⁰ Os resultados mostram que o grupo que mais se diferencia do conjunto são os casais de cor amarela: tem a menor percentagem de mulheres mais velhas que o marido (11,7%), a menor percentagem de casais com a mesma idade (3,4%) e a maior percentagem de casais em que o marido é de 1 a 5 anos mais velho que a esposa (58%). Os outros casais apresentam poucas diferenças com relação ao padrão médio já descrito inicialmente.

Outro aspecto interessante de ser analisado é a diferença de idade entre os cônjuges por nível de instrução da mulher.¹¹ A Tabela 9 mostra resultados interessantes. À medida que o nível de instrução da mulher aumenta, também aumenta a proporção de casais com a mesma idade, chegando a mais de 8% dos casos de mulheres com 12 ou mais anos de estudo. Analogamente, cai bastante a percentagem de casais em que o marido tem 7 anos ou mais que a mulher, passando de 28,2% quando a esposa tem menos de 1 ano de estudo para 15,2% quando tem 12 anos ou mais. Quando a mulher tem maior nível de instrução, também observa-se uma distribuição mais homogênea com relação à diferença de idade com o marido; mesmo assim, quase 70% das mulheres com 12 anos de estudo ou mais casam com homens mais velhos que elas.

¹⁰ Os casais de cor diferente correspondem a 21,3% do total de casais considerados.

¹¹ O ideal numa análise de diferença de idade entre os cônjuges é considerar separadamente os casais por ordem da união, especialmente as primeiras uniões (tanto do homem, como da mulher), e o nível de instrução no momento da união. Como esses dados não estão disponíveis, e considerando a importância dessa variável da nupcialidade, estamos incluindo aqui uma simples análise da diferença de idade entre os casais ("pessoa referência" e cônjuge) dos domicílios pesquisados na amostra da PNAD de 1995, por se tratar da última PNAD com informação de nupcialidade da década de 1990 e tratar de sensibilizar os responsáveis do questionário da PNAD da importância de se voltar a considerar essa variável demográfica na década de 2000.

TABELA 9

Brasil: Diferença de Idade entre os Casais por Anos de Estudo da Mulher — 1995

Diferença de idade	Anos de estudo da mulher							Média
	0	1 a 3	4	5 a 7	8 a 10	11	12 e +	
Homem mais velho								
11 anos e mais	17,2	13,6	10,6	11,0	9,3	8,3	7,5	11,7
8 a 10 anos	11,0	11,3	10,4	10,5	9,0	8,6	7,7	10,1
6 a 7 anos	11,4	11,8	12,1	11,0	11,0	10,5	9,6	11,3
5 anos	6,0	8,1	8,2	8,0	8,0	7,0	7,5	7,6
4 anos	7,1	8,1	8,9	8,9	8,8	8,8	8,9	8,4
3 anos	7,1	8,2	9,7	9,8	10,3	9,6	8,8	9,0
2 anos	7,4	8,4	8,5	9,1	9,8	9,7	9,8	8,8
1 ano	7,0	7,7	8,3	8,1	8,9	9,4	9,7	8,2
Mesma idade	6,3	6,1	6,6	6,9	7,5	8,2	8,4	6,9
Mulher mais velha								
1 ano	4,2	4,3	4,3	4,8	5,0	5,7	6,1	4,7
2 a 3 anos	5,2	5,0	5,5	5,3	5,8	6,6	6,9	5,6
4 anos e mais	10,1	7,4	6,8	6,7	6,6	7,6	9,1	7,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: Os casais considerados correspondem à "pessoa de referência" e ao cônjuge dos domicílios particulares pesquisados na amostra da PNAD de 1995.

Esses resultados também estão afetados pela idade de homens e mulheres ao casarem. Estudos mostram que quanto menor a idade da mulher ao casar, maior tende a ser a diferença de idade com o marido.¹² Esse resultado está afetado tanto pelo mercado matrimonial quanto pela tradição dos homens de casarem com mulheres mais jovens que eles.

3.3.3 Endogamia dos Casais

No estudo dos casamentos e das escolhas matrimoniais, uma regra dominante é a endogamia (ou casamento entre pares) com relação a características geográficas, sociais, étnicas e culturais dos cônjuges. No Brasil, já tem sido mostrada a importância da endogamia por cor e por instrução [ver Petruccelli (1999 e 2000), Lazo (1990 e 1991), Silva (1987) e Berquó e Loyola (1987)].

A seguir será analisada, em primeiro lugar, a endogamia dos casais por cor, considerando-se como casal a "pessoa de referência" e seu cônjuge, residentes nos domicílios particulares incluídos na amostra da PNAD de 1995.¹³ A Tabela 10 mostra que a taxa geral de endogamia (TGE) ou a percentagem de casais unidos da mesma cor é de 78,7% no Brasil em 1995. Esse resultado praticamente coincide com o achado por Silva (1987) para o Brasil em 1980 (79%), o que mostra que este padrão de união praticamente não mudou nos últimos 15 anos.

¹² Lazo (1991) verificou essa relação para as primeiras uniões de mulheres no Estado de São Paulo em 1984.

¹³ Seria importante também analisar a endogamia dos casais controlando a ordem da união, a idade ao casar, o nível de instrução etc., mas as PNADs da década de 1990 não contam com essa informação, nem mesmo os censos. Para esse tipo de análise torna-se necessário contar com pesquisas específicas, do tipo história de uniões.

TABELA 10

Brasil: Distribuição dos Casais por Cor — 1995
(Em %)

Cor da mulher	Cor do marido				Total da população (por 1.000)
	Branca	Parda	Preta	Amarela	
Branca	48,9	9,3	0,8	0,2	16.879,2
Parda	7,7	26,7	1,4	0,0	10.238,2
Preta	0,6	0,8	2,8	0,0	1.233,1
Amarela	0,1	0,0	0,0	0,4	143,5
Total da população (por 1.000)	16.365,0	10.513,2	1.459,3	161,1	28.528,9

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: Os casais correspondem à "pessoa de referência" e ao cônjuge dos domicílios particulares incluídos na amostra da PNAD de 1995.

Das uniões exogâmicas (que ocorrem entre grupos de cor diferente), a grande maioria é entre brancos e pardos (17% dos casos), que correspondem aos grupos majoritários no país (50,4% de população branca e 44,9% de população parda maior de 15 anos). Cabe também notar um comportamento diferencial por sexo quanto à seletividade marital por cor, já que há uma predominância de casos em que a mulher é mais clara que seu cônjuge. Esse padrão já tinha sido notado por Silva (1987) e Berquó (1987) para o Brasil em 1980.

O tamanho dos grupos por cor na população também tem um efeito no grau de endogamia de cada grupo. Assim, a taxa marginal média de endogamia (TMME) estimada para o Brasil em 1995 foi de 83,9% para brancos, 73,3% para pardos, 60,4% para pretos e 67,7% para amarelos. Este último grupo, apesar do seu pequeno tamanho, apresenta uma alta percentagem se casando dentro do grupo. Esses resultados também estão muito próximos dos achados por Silva (1987) para o Brasil em 1980. Seus resultados foram: 82,2%, 78,2%, 56,6% e 70% para brancos, pardos, pretos e amarelos, respectivamente.

Considerando-se a seguir o nível de instrução dos casais, a Tabela 11 mostra a continuidade da maior concentração de casais na diagonal principal, ou seja, uma elevada endogamia por nível de instrução. Mesmo sendo inferior à endogamia por raça, a TGE fica em 42,2%. É importante notar que das uniões exogâmicas (57,8%), a maioria se concentra nas categorias adjacentes (33,7%).

TABELA 11

Brasil: Distribuição dos Casais por Anos de Estudo — 1995
(Em %)

Anos de estudo da mulher	Anos de estudo do marido							Total da população (por 1.000)
	0	1 a 3	4	5 a 7	8 a 10	11	12 e +	
0	10,6	3,6	1,8	0,7	0,3	0,1	0,0	4.904,1
1 a 3	4,9	7,4	3,6	1,8	0,8	0,3	0,1	5.371,5
4	2,3	3,9	7,3	2,3	1,6	0,7	0,3	5.251,1
5 a 7	1,1	2,4	2,6	5,4	2,4	1,1	0,3	4.400,0
8 a 10	0,4	0,8	1,5	2,1	3,4	2,3	0,9	3.247,7
11	0,2	0,6	0,9	1,3	2,1	3,9	2,3	3.198,6
12 e +	0,1	0,2	0,3	0,4	0,8	1,5	4,3	2.155,8
Total da população (por 1.000)	5.575,6	5.397,0	5.135,0	3.980,6	3.235,2	2.845,1	2.360,5	28.528,9

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: Os casais correspondem à "pessoa de referência" e ao cônjuge dos domicílios particulares incluídos na amostra da PNAD de 1995.

O que mais surpreende neste resultado é a alteração do padrão exogâmico de instrução, por sexo. Até 1980, os estudos de Berquó (1987) e Silva (1987) mostravam a predominância de uniões em que o marido era mais instruído que a mulher. Os resultados para 1995 mostram uma inversão desse padrão: dos 57,8% de uniões exogâmicas, 30,3% correspondem a mulheres mais instruídas que seus esposos e somente em 27,5% dos casos o marido tem mais anos de estudo que sua esposa. Esta alteração de padrão parece mais intensa nos grupos de menor instrução e vai perdendo força à medida que aumentam os anos de estudo da população. Será importante acompanhar a evolução deste comportamento no futuro.

3.3.4 Situação de Atividade dos Casais

Do ponto de vista da família, parece importante observar o nível de inserção dos casais na força de trabalho, principalmente da mulher, considerando a sua crescente participação na população economicamente ativa (PEA).

Considerando as características já observadas nos casais e que podem mostrar diferenças importantes por grupos, vamos observar, em primeiro lugar, a situação de emprego dos casais, classificados pela cor da esposa. A Tabela 12 mostra que no Brasil, em 1995, quase 50% dos casais são (marido e mulher) economicamente ativos, 8,4% são inativos e em 42,4% dos casos somente um dos cônjuges é economicamente ativo.

TABELA 12

Brasil: Situação de Atividade dos Casais por Cor da Mulher — 1995

Cor da mulher	Situação do casal			Total
	Ambos economicamente ativos	Ambos não-economicamente ativos	Somente um economicamente ativo	
Branca	48,7	9,2	42,1	100,0
Parda	50,4	6,6	43,0	100,0
Preta	47,7	10,6	41,7	100,0
Amarela	52,9	11,3	35,8	100,0
Média	49,3	8,4	42,4	100,0

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: A situação dos casais corresponde à semana de referência da pesquisa.

Considerando a cor da mulher, a Tabela 12 mostra ainda que as pardas e amarelas têm uma inserção econômica levemente maior do que as brancas e pretas. Maiores diferenças se observam nos casais inativos: de um lado está o grupo, cuja esposa é parda, que apresenta a menor percentagem nesta condição (6,6%) e, no outro extremo, estão os casais, cuja esposa é amarela, em que 11,3% são inativos.

Levando em conta além da cor da esposa e sua idade, a situação de atividade se altera por cor para casais em que ambos são economicamente ativos e a mulher tem mais de 60 anos de idade. Nesses casais mais velhos, é o grupo pardo que continua na atividade econômica em maior proporção (quase 23%), seguido do grupo de mulher preta (17%), branca (15%) e, por último, amarela (13,4%). Obviamente, a situação oposta é observada para os casais não-economicamente ativos, cuja esposa tem mais de 60 anos (ver Tabela 13).

TABELA 13

Brasil: Situação de Atividade dos Casais por Cor e Idade da Mulher — 1995

Cor da mulher	Situação do casal							
	Ambos economicamente ativos		Ambos não-economicamente ativos		Somente um economicamente ativo		Total	
	≤ 60	> 60	≤ 60	> 60	≤ 60	> 60	≤ 60	> 60
Branca	52,2	15,1	4,8	51,4	43,0	33,5	100,0	100,0
Parda	52,5	22,9	3,8	42,1	43,6	35,0	100,0	100,0
Preta	51,3	17,9	5,7	51,1	43,0	30,9	100,0	100,0
Amarela	58,9	13,4	4,4	56,7	36,7	29,9	100,0	100,0
Média	52,2	17,6	4,5	48,7	43,2	33,7	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: A situação dos casais corresponde à semana de referência da pesquisa.

Também chama a atenção a maior percentagem de casais cuja esposa é preta e tem menos de 60 anos, com 5,7% desses casais inativos, valor bem acima da média (4,5%).

Por último, nos casos em que somente um dos cônjuges está na força de trabalho, observa-se muito pouca diferença entre os casais cuja esposa é branca, parda ou preta e com menos de 60 anos de idade (43%). O menor valor se observa no grupo cuja esposa é amarela (36,7%) e que corresponde ao grupo de casais com maior inserção na atividade econômica, como já visto.

A educação é outra variável que já foi considerada na análise e tem uma estreita relação com a situação de atividade dos casais. Assim, a Tabela 14 mostra um verdadeiro gradiente na percentagem de casais em que ambos são economicamente ativos, considerando o nível de instrução da mulher, partindo de 42,4% dos casais economicamente ativos, no caso de a mulher ter menos de um ano de estudo, até quase 74% dos casais quando a esposa tem 12 anos de estudo ou mais. Situação inversa se observa no caso dos casais em que ambos são inativos.

TABELA 14

Brasil: Situação de Atividade dos Casais por Nível de Instrução da Mulher — 1995

Anos de estudo da mulher	Situação do casal			
	Ambos economicamente ativos	Ambos não-economicamente ativos	Somente um economicamente ativo	Total
0	42,4	15,1	42,5	100,0
1 a 3	46,2	10,4	43,4	100,0
4	46,5	9,3	44,2	100,0
5 a 7	46,6	5,1	48,2	100,0
8 a 10	47,7	4,7	47,6	100,0
11	58,5	4,8	36,7	100,0
12 e +	73,5	3,2	23,3	100,0
Média	49,3	8,4	42,4	100,0

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: A situação dos casais corresponde à semana de referência da pesquisa.

Por último, a maior proporção de casais em que somente um deles é economicamente ativo (ao redor de 45%) encontra-se nos grupos em que a esposa tem menos de 11 anos de estudo. Essa proporção cai para quase 37% quando a esposa tem 11 anos de estudo (ou segundo grau completo) e para 23% quando a esposa tem 12 anos de estudo ou mais.

Quando se considera também a idade da esposa (até 60 e mais de 60 anos) chama a atenção a maior permanência do casal na força de trabalho quando é menor seu nível de instrução e a esposa tem mais de 60 anos (21,9% dos casais em que a mulher tem menos de um ano de estudo), chegando a menos de 10% quando a esposa tem 12 anos de estudo ou mais (ver Tabela 15).

TABELA 15

Brasil: Situação de Atividade dos Casais por Nível de Instrução e Idade da Mulher — 1995

Anos de estudo da mulher	Situação de atividade							
	Ambos economicamente ativos		Ambos não-economicamente ativos		Somente um economicamente ativo		Total	
	≤ 60	> 60	≤ 60	> 60	≤ 60	> 60	≤ 60	> 60
0	48,1	21,9	7,0	44,1	44,9	33,9	100	100
1 a 3	49,7	17,8	5,5	50,3	44,8	31,8	100	100
4	49,6	12,4	5,5	52,2	44,9	35,4	100	100
5 a 7	47,8	16,5	3,1	55,9	49,0	27,6	100	100
8 a 10	48,8	7,3	3,1	59,1	48,0	33,6	100	100
11	60,4	8,6	2,9	54,7	36,7	36,7	100	100
12 e +	75,1	9,4	2,2	40,3	22,7	50,3	100	100
Média	52,2	17,6	4,5	48,7	43,2	33,7	100	100

Fonte: PNAD de 1995.

Nota: A situação dos casais corresponde à semana de referência da pesquisa.

Por outro lado, chama a atenção também a maior proporção de casais em que somente um é economicamente ativo, nos casos de a esposa ter mais de 60 anos de idade e 12 anos de estudo ou mais (50,3%). Um valor bem acima da média dos outros casais, que varia entre 27,6% e 36,7%. Parece interessante poder estudar esses resultados mais detalhadamente, mas não é o objetivo deste trabalho.

3.4 OS VIÚVOS

Este estado conjugal está diretamente relacionado ao nível de mortalidade da população. Sendo assim, como a esperança de vida da população feminina supera a da masculina (em 1995 a esperança de vida das mulheres era de aproximadamente 71 anos, quase 7 anos superior à masculina), a conseqüência é um maior número de viúvas do que de viúvos na população, acrescida do fato de a mulher ser, em média, 4 a 5 anos mais nova que o marido, conforme visto na Subseção 3.3.2. Também há um efeito dos recasamentos (maior entre a população masculina do que a feminina), o que ajuda a aumentar o número de viúvas em relação ao de viúvos. Como apontado na Subseção 3.1, em 1995 na população feminina de 15 anos e mais havia 9,5% de viúvas, contra apenas 1,8% da população masculina. Em termos absolutos, essa diferença representa um excedente de 4.008.292 viúvas no Brasil em 1995.

Por outro lado, o Gráfico 3 ilustrava a distribuição da população viúva, tanto feminina como masculina, concentrada nas idades mais avançadas. Por esse fato, parece importante analisar a condição nos domicílios onde residem as viúvas e os viúvos. Os Gráficos 12 e 13 são reveladores dos grandes diferenciais por sexo, principalmente nas condições de “pessoa de referência” e “pessoa morando só”. Mais da metade das viúvas é composta de “pessoa de referência” no domicílio onde reside

(56,4% em 1995) e os viúvos não chegam a 46% nessa condição (45,8%). Por outro lado, quase 30% dos viúvos moram sós (28,3% em 1995), mas, no caso das viúvas, essa percentagem não chega a 20% (17,9% em 1995). Nas outras categorias as diferenças são bem menores em 1995: na condição “outro parente” estão 22,9% das viúvas e 21,4% dos viúvos; na categoria “filho(a)” 2,2% das viúvas e 3,5% dos viúvos; e em “outra condição” 0,5% das viúvas e 0,9% dos viúvos.

Os Gráficos 12 e 13 são reveladores, além das diferenças por sexo, das diferenças por idade na condição no domicílio de viúvas e viúvos. As mulheres viúvas estão, além de majoritariamente, na condição de “pessoa de referência” há muito mais tempo que os homens. Por exemplo, na faixa de 25 a 29 anos, 50,4% das viúvas estão na condição de “pessoa de referência”, mais de 3,5 vezes a percentagem de viúvos na mesma condição (14% em 1995).

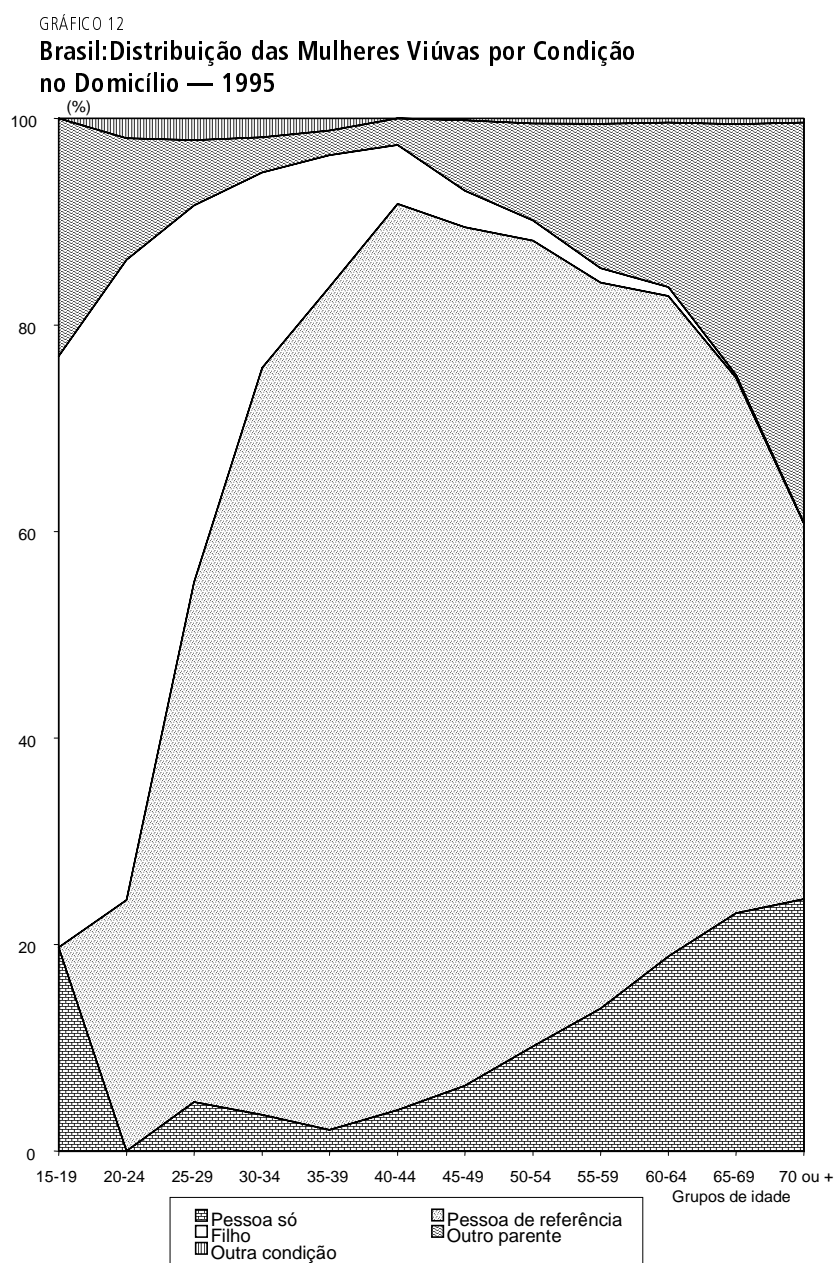
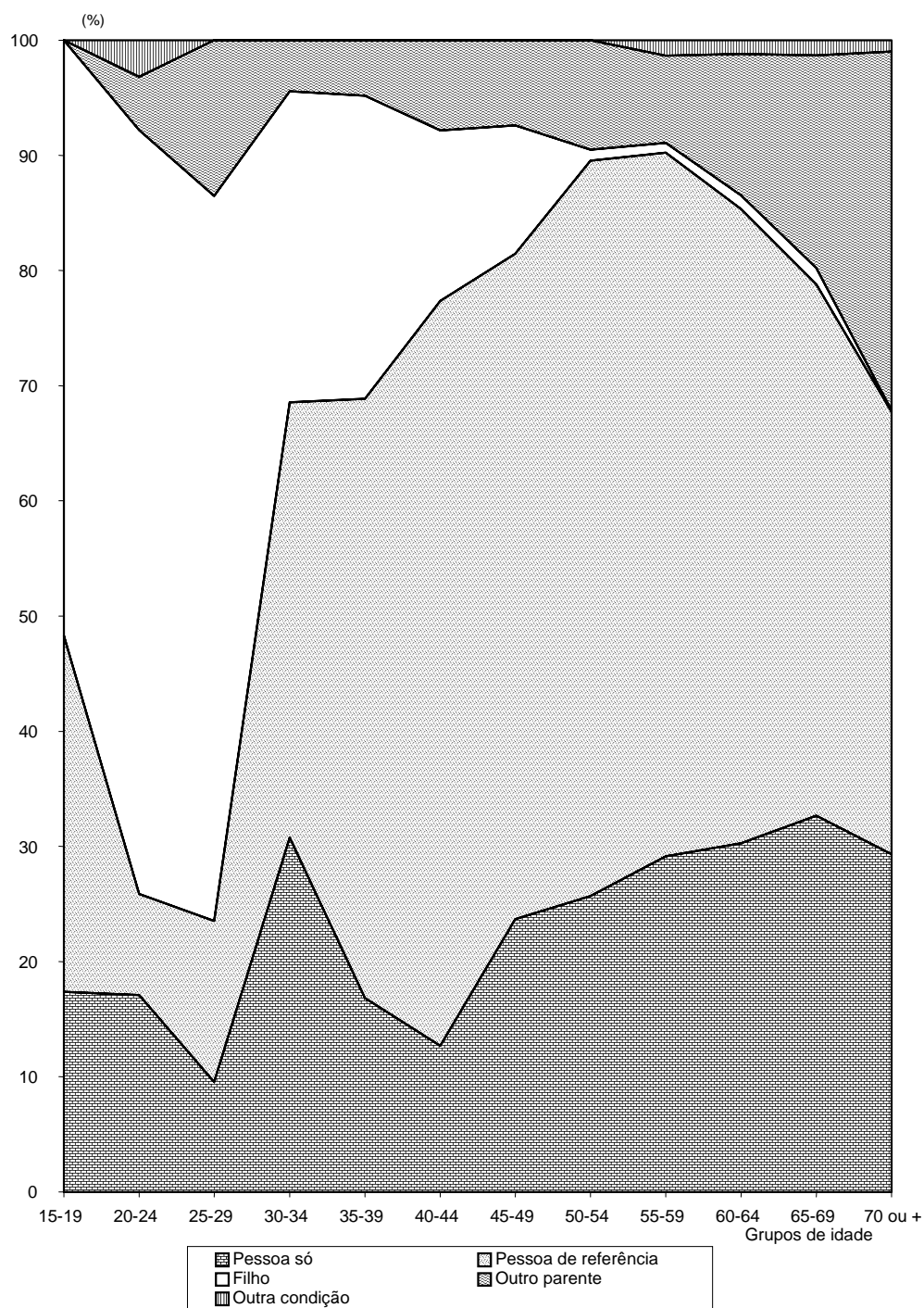


GRÁFICO 13

Brasil: Distribuição dos Homens Viúvos por Condição no Domicílio — 1995



Por outro lado, a condição de “pessoa só”, que é maior entre os viúvos, apresenta um aumento relativo bem menor do que as viúvas, à medida que a idade aumenta. As viúvas que moram sós vão de uma patamar de quase zero na faixa de 20 a 24 anos até quase 25% na faixa de 70 anos e mais. Já os viúvos de 20 a 24 anos, pouco menos de

20% vivem sós (17,1% em 1995) e essa percentagem passa para pouco menos de 40% na faixa de 70 anos e mais (38,4% em 1995).

Também chama a atenção a grande proporção de viúvos na condição de “filho” na faixa de 25 a 50 anos, a qual chega a ser mais do dobro da proporção de viúvas nessa condição em algumas faixas etárias.

Todas estas observações vêm reforçar a necessidade de se dispor de maiores informações sobre nupcialidade, em geral, e sobre estado conjugal em particular, para se estudar as grandes diferenças observadas na situação de homens e mulheres na população brasileira.

3.5 OS SEPARADOS E/OU DIVORCIADOS

Inicialmente, vale a pena mencionar que um dos principais aspectos da nupcialidade, que não pode ser abordado com as informações disponíveis nos últimos censos e PNADs é a duração das uniões consensuais e as separações não-legais. No Brasil não existe uma estimativa de taxa de separação, apesar de se tratar de uma das variáveis de nupcialidade que mais têm crescido desde a última década. Os censos somente mostram o volume de separados a cada década, cujo peso vem crescendo significativamente. Em 1980 era um total de 1.461.813 pessoas contra 354.232 desquitadas ou divorciadas. Em 1991 os separados tinham duplicado para 2.987.913, no período intercensitário, e os desquitados e divorciados tinham mais do que triplicado, passando para 1.185.906 pessoas. Considerando o ritmo de crescimento das separações legais (divórcios mais separações legais) nos 10 anos anteriores à PNAD de 1995 e o peso das separações não-legais no total das separações, parece mais do que clara a importância e urgência do estudo deste fenômeno (ver Gráficos 14 e 15). O Gráfico 15, por exemplo, mostra que em 1995 a proporção de separações judiciais e divórcios já correspondia, numericamente, a mais de 25% dos casamentos legais do mesmo ano.

Para finalizar, parece muito importante destacar a grande diferença entre homens e mulheres separados, divorciados ou desquitados quanto a sua condição no domicílio (ver Gráficos 16 e 17). A PNAD de 1995 mostra que a maioria das mulheres (55,7%) está na condição de “pessoa de referência”, em contraste com apenas 17,8% dos homens. Esses últimos, na sua grande maioria, estão na condição de “filho” (34,4%) ou de “pessoa só” (32,4%).

Por outro lado, pode-se verificar nos mesmos gráficos que os diferenciais por sexo se acentuam à medida que a idade aumenta. Como exemplo podemos ver que se a diferença na condição de “pessoa de referência” entre mulheres e homens na faixa etária de 20 a 24 anos é de 2,7 vezes (18,6% das mulheres separadas, desquitadas ou divorciadas estão nessa condição contra 6,9% dos homens), essa diferença aumenta para 3,1 vezes na faixa de 45 a 49 anos (75,2% das mulheres contra apenas 24,3% dos homens separados, desquitados ou divorciados).

Isto prova, mais uma vez, o peso da responsabilidade familiar e/ou domiciliar que recai sobre as mulheres separadas, desquitadas ou divorciadas da nossa população e a necessidade de políticas públicas específicas para este grupo populacional.

GRÁFICO 14

Brasil: Evolução dos Casamentos Legais e das Separações Judiciais e os Divórcios — 1984-1995

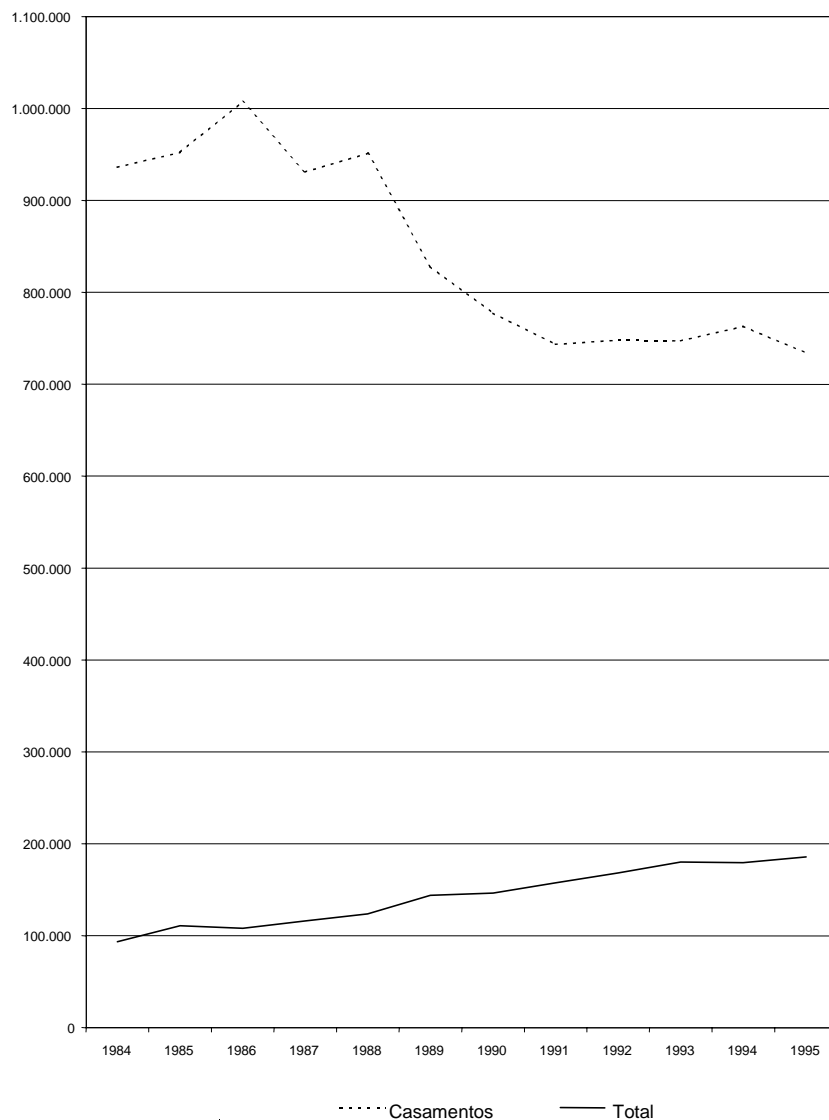
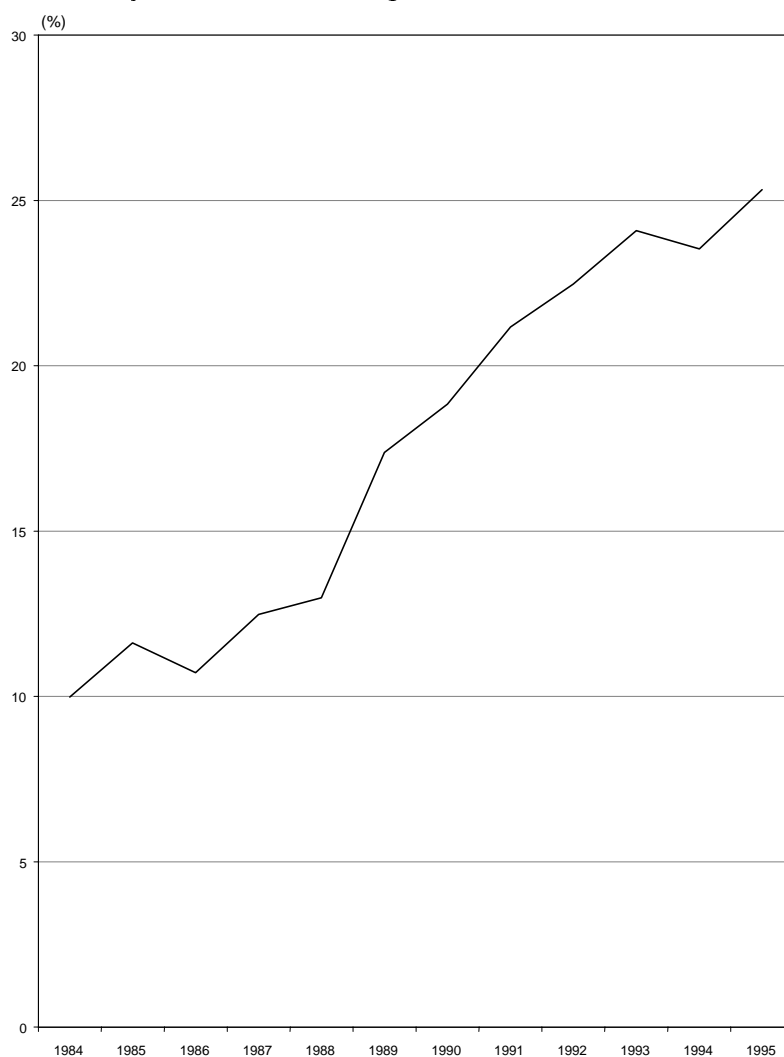


GRÁFICO 15

Brasil: Evolução da Proporção de Separações Judiciais e Divórcios com Relação aos Casamentos Legais do mesmo Ano — 1984-1995



Fonte: IBGE — Registro Civil.

Gráfico 16

Brasil: Distribuição das Mulheres Separadas/Divorciadas/Desquitadas por Condição no Domicílio — 1995

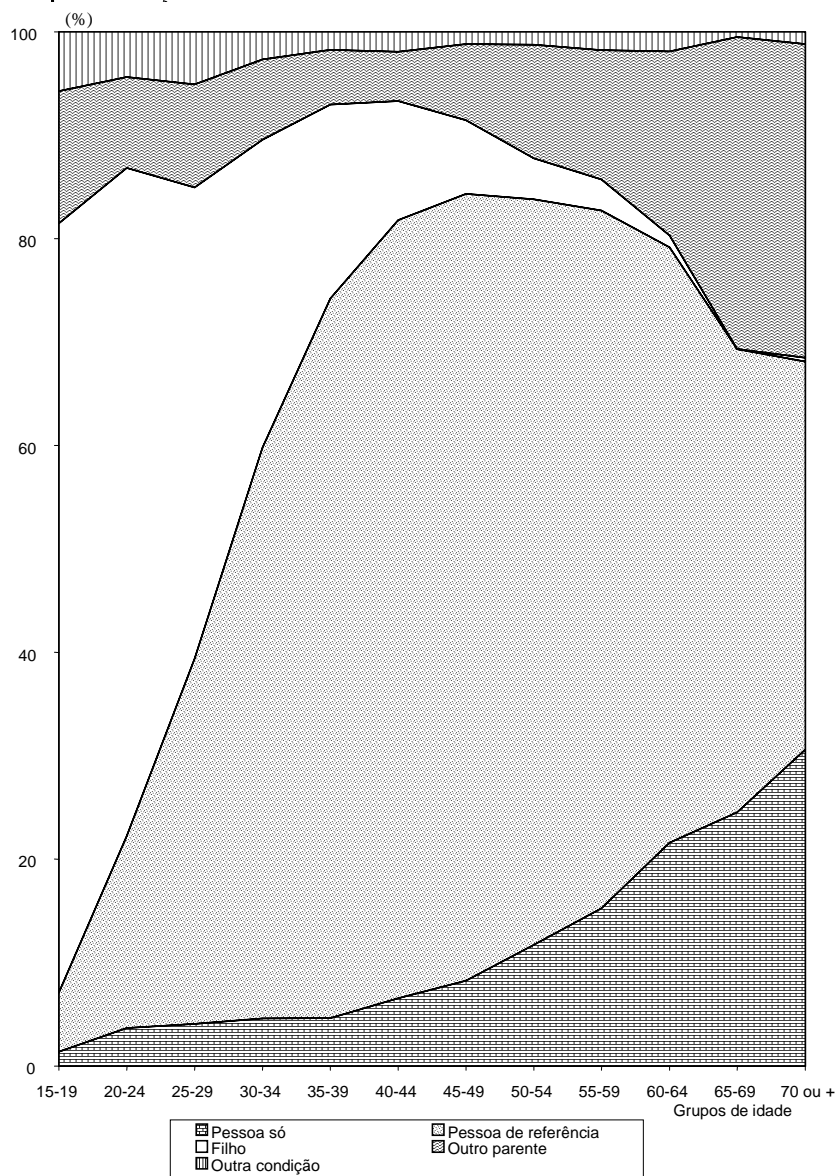
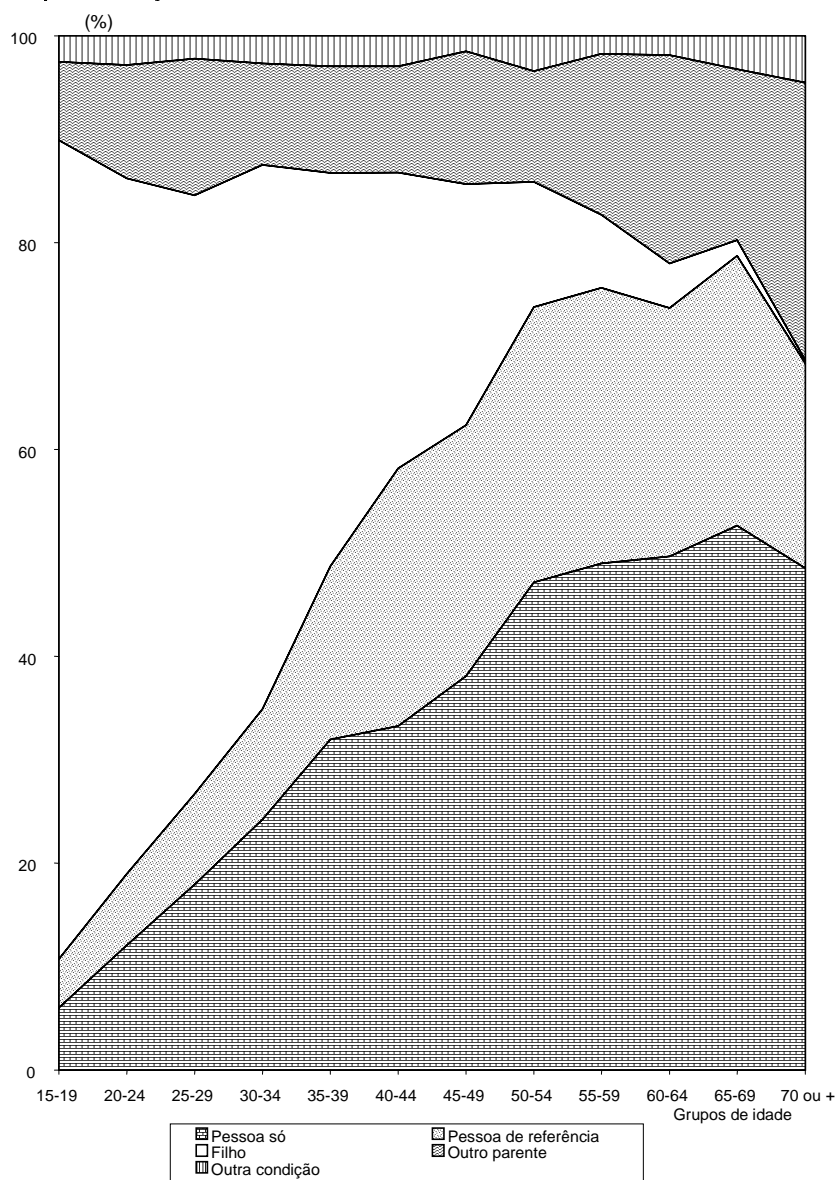


GRÁFICO 17

Brasil: Distribuição dos Homens Separados/Divorciados/Desquitados por Condição no Domicílio — 1995



4 COMENTÁRIOS FINAIS

Após a análise apresentada, parece óbvio que a informação sobre estado civil e conjugal das pessoas deveria estar, obrigatoriamente, contida em todas as PNADs, assim como em outras fontes de dados, haja vista a importância dessas em termos de diferenciais demográficos, tal como foi ilustrado com os dados disponíveis mais recentes.

Cabe ressaltar a demanda por novas informações sobre a nupcialidade, uma vez que o significado hoje em dia mudou, até mesmo legalmente, pois, como foi dito na introdução, a nova Constituição brasileira ampliou o divórcio e passou a definir família não mais em função do casamento legal, mas da união estável entre duas pessoas de diferentes sexos. Portanto, torna-se fundamental, sobre o ponto de vista demográfico, e também legal, conhecer, por exemplo, o tipo, a ordem e a duração da união das pessoas.

Parece urgente aplicar um suplemento sobre história de uniões, para homens e mulheres, em uma PNAD da década de 2000. Este suplemento deve permitir captar as novas formas de arranjos familiares,¹⁴ além de se aprofundar nas formas já conhecidas de formação, duração e término das uniões. Deve possibilitar o cruzamento com outras variáveis socioeconômicas, de conhecida relação com as variáveis de nupcialidade, que permitam ampliar os estudos já existentes no país.

Novas fontes de informação sobre nupcialidade deveriam ter presente a inclusão de questões de gênero, ou seja, dos diferentes significados de união para homens e mulheres e, como tal, se deveria contar com histórias de união diferenciadas por sexo. As uniões entre pessoas do mesmo sexo também deveriam estar contempladas.¹⁵

¹⁴As questões sobre nupcialidade da Pesquisa sobre Padrões de Vida (1996-1997) do IBGE foi um primeiro esforço neste sentido [ver Oliveira (2000)].

¹⁵ Por exemplo, desde 1990 o censo populacional dos Estados Unidos possibilita aos indivíduos que vivem com uma pessoa do mesmo sexo identificarem se essas são companheiras sexuais ou apenas compartilham moradia [ver Black *et alii* (2000)].

ANEXO I

Quesitos de Nupcialidade no Questionário do Censo Demográfico — 1980¹⁶

(26)	Se vive em companhia de cônjuge — esposa(o), companheira(o), etc., indicar a natureza da união	<input type="checkbox"/> 1 Casamento civil e religioso	<input type="checkbox"/> 2 Só casamento civil	<input type="checkbox"/> 3 Só casamento religioso	<input type="checkbox"/> 4 Outra
	Se não vive em companhia de cônjuge — esposa(o), companheira(o), etc., indicar se é:	<input type="checkbox"/> 5 Solteiro	<input type="checkbox"/> 6 Separado	<input type="checkbox"/> 7 Desquitado	<input type="checkbox"/> 8 Divorciado

Quesitos de Nupcialidade no Questionário do Censo Demográfico — 1991¹⁷

30	Vive ou viveu em companhia de cônjuge — esposa(a), companheiro(a), etc. (se assinalou o retângulo 2 — Não, passe para os Quesitos 35 ou 45, conforme o caso)	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
31	Se no Quesito 30 assinalou o retângulo 1 — Sim, indique o mês e o ano em que contraiu a primeira união	Mês	Ano
32	Se vive em companhia do cônjuge — esposa(a), companheiro(a), etc., indique a natureza da união	1 <input type="checkbox"/> Casamento civil e religioso	2 <input type="checkbox"/> Só casamento civil
33	Se não vive em companhia de cônjuge — esposa(a), companheiro(a), etc., indique se é:	3 <input type="checkbox"/> Só casamento religioso	4 <input type="checkbox"/> União consensual
34	Se respondeu o Quesito 32, indique o mês e o ano em que passou a viver com o cônjuge atual. Se respondeu o Quesito 33, indique o mês e o ano em que passou a viver na situação indicada	5 <input type="checkbox"/> Separado(a) não judicialmente	6 <input type="checkbox"/> Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
		7 <input type="checkbox"/> Divorciado(a)	8 <input type="checkbox"/> Viúvo(a)
		Mês	Ano
		13 <input type="checkbox"/> Não lembra	

Quesitos de Nupcialidade no Questionário do Censo Demográfico — 2000¹⁸

4.36 - VIVE EM COMPANHIA DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)?	1 - SIM	2 - NÃO, MAS VIVEU	3 - NUNCA VIVEU
4.37 - QUAL É (ERA) A NATUREZA DA ÚLTIMA UNIÃO?	1 - CASAMENTO CIVIL E RELIGIOSO	2 - SÓ CASAMENTO CIVIL	3 - SÓ CASAMENTO RELIGIOSO
4.38 - QUAL É O SEU ESTADO CIVIL?	4 - UNIÃO CONSENSUAL	5 - NUNCA VIVEU	
	1 - CASADO(a)	2 - DESQUITADO(a) OU SEPARADO(a) JUDICIALMENTE	3 - DIVORCIADO(a)
		4 - VIÚVO(a)	5 - SOLTEIRO(a)

^{16, 17, 18} Os quesitos de nupcialidade são aplicados somente a pessoas com 10 anos ou mais de idade.

ANEXO II

Quesitos de Nupcialidade no Questionário da PNAD — 1984¹⁷

② Qual o seu estado civil ou conjugal?

- 1 Solteira (siga 3)
- 2 Casada no civil
- 3 Casada no religioso
- 4 Casada no civil e religioso
- 5 União consensual
- 6 Viúva
- 7 Desquitada ou divorciada
- 8 Separada
- (passe ao 4)
- (passe ao 5)

③ Já viveu em união consensual?

- 2 Sim (passe ao 5)
- 4 Não (passe ao 8)

④ Esta é a sua primeira união?

- 1 Sim (passe ao 6)
- 3 Não (siga 5)

⑤ Quantas uniões teve até a presente data?

| | |

(Se códigos 2 a 5 no quesito 2, siga 6. Caso contrário, passe ao 8)

⑥ Em que mês e ano iniciou a união atual?

| | | | |

Mês Ano

(siga 7)

⑦ Qual a idade de seu cônjuge quando iniciou a união atual?

| | |

(siga 8)

História das Uniões

ORDEM DE REGISTRO	ORDEM DA UNIÃO	① Qual era o seu estado civil ou conjugal na união? 1- Casada no civil 3- Casada no religioso 5- Casada no civil e religioso 7- União consensual (siga 2)	② Em que mês e ano iniciou esta união? (siga 3)		③ Qual a idade do seu cônjuge nos ta união? (siga 4)	④ Quanto tempo durou esta união? (siga 5)		⑤ Qual a razão do término da união? 2- Morte do cônjuge 4- Divórcio ou desquite 6- Separação
			Mês	Ano		Meses	Anos	
1	PRIMEIRA							
2	SEGUNDA							
3	TERCEIRA							
4	QUARTA							
5	QUINTA							
6	SEXTA							

¹⁷ Os quesitos de nupcialidade são aplicados somente a mulheres de 15 a 54 anos de idade.

ANEXO III

Quesitos de Nupcialidade no Questionário da PNAD — 1995¹⁸

1 --- VIVE EM COMPANHIA DE ESPOSO(A) OU COMPANHEIRO(A)?

1 Sim (siga 2)

3 Não (passe ao 3)

2 ESTA UNIÃO É PROVENIENTE DE:

2 Casamento civil e religioso

4 Só de casamento civil

6 Só de casamento religioso

8 União consensual

(encerre a parte)

3 --- JÁ VIVEU EM COMPANHIA DE ESPOSO(A) OU COMPANHEIRO(A)?

1 Sim (siga 4)

3 Não (encerre a parte)

4 --- É:

2 Desquitado(a), divorciado(a) ou separado(a)

4 Viúvo(a)

¹⁸ Os quesitos de nupcialidade são aplicados somente a pessoas de 15 anos ou mais.

BIBLIOGRAFIA

- ALTMANN, A. M. G. *Situação dos estudos de nupcialidade*. São Paulo, 1981 (Informe Demográfico, 15).
- ALTMANN, A. M. G., WONG, L. R. Padrões e tendências da nupcialidade no Brasil. *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Águas de São Pedro, SP, 1981.
- BERQUÓ, E. *Nupcialidade da população negra no Brasil*. Campinas, SP, 1987 (Textos Nepo, 11).
- BERQUÓ, E., LOYOLA, M. A. *Nupcialidade e reprodução social no Estado de São Paulo*. Nepo-Unicamp, 1987 (Relatório de Pesquisa).
- BLACK, D., GATES, G., SANDERS, S., TAYLOR, L. Demographics of the gay and lesbian population in the United States: evidence from available systematic data sources. *Demography*, v. 37, n. 2, p. 39-154, 2000.
- CASTERLINE, J. B., WILLIAMS, L., MC DONALD, P. The age difference between spouses: variations among developing countries. *Population Studies*, v. 40, n. 3, p. 353-374, 1986.
- ENGLAND, P. Review of the book *The Case of Marriage: Why Married People are Happier, Healthier and Better off Financially*. In: WAITEL L. J., GALLAGHER, M. *Contemporary sociology a journal of reviews*. American Sociological Association, v. 30, n. 6, p. 564-565, 2001.
- GOLDANI, A. M. *Womens's transition: the intersection of female life course, family and demographic transition in twentieth century Brazil*. University of Texas at Austin, 1989 (Tese de Doutorado).
- _____. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Muito além dos sessenta. Os novos idosos brasileiros*, Rio de Janeiro: IPEA, Cap. 3, p. 75-114, 1999.
- _____. Famílias e gênero: uma proposta para avaliar (des)igualdades. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, MG, 2000.
- _____. *Comentarios sobre "Un Siglo de Matrimônio en México"*. Livro de Julieta Quilodrán Salgado. México: Colmex, 2001.
- GREENE, M. E. *The importance of being married: marriage choice and its consequences in Brazil*. University of Pennsylvania, 1991 (Tese de Doutorado).
- GREENE, M. E., RAO, V. The marriage squeeze and the rise in informal marriage in Brazil. *Social Biology*, v. 42, n. 1-2, p. 65-82, 1995.
- LAZO, A. C. G. V. Avaliação das histórias de uniões do Suplemento de Fecundidade da PNAD-1984 do Estado de São Paulo. In: SAWYER, D. O. *PNAD's em foco, anos-80*. Ed. Abep, p. 251-257, 1988.
- _____. A endogamia dos casais: Estado de São Paulo — 1984. *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais* Caxambu, MG, 1990.
- _____. *Nupcialidade em São Paulo: um estudo por corte e coorte*. Campinas: Unicamp, 1990 (Tese de Doutorado).

- _____. *Nupcialidade em São Paulo: um estudo por corte e coorte*. Campinas: Unicamp, 1991 (Tese de Doutorado).
- _____. *Marriage duration in Brazil: a proportional hazards analysis of separation and divorce of the state of São Paulo*. OPR-Princeton University, 1992 (Working Paper Series, 92-5).
- _____. Marital fertility in Brazil: differential by type of union and its importance in the fertility transition 1976-1995. *Brazilian Journal of Population Studies*, v. 2, 1999/2000.
- LAZO, A. C. G. V., CREMONESI, M. V. T. Marriage duration in Brazil: a proportional hazards analysis of separation and divorce. *Atas de Resumo 51^a Sessions of the International Statistical Institute*. Istambul, Turquia, 1997.
- LAZO, A. C. G. V., SANTANA, E. O. C. *Projeções semidinâmicas de famílias e/ou domicílios para o estado de São Paulo*. Departamento de Estatística, Imecc-Unicamp, 1998 (Relatório Parcial de Pesquisa).
- MIRANDA-RIBEIRO, P. de. *Começar de novo: um estudo comparativo do descasamento e recasamento*. Belo Horizonte, MG: Cedeplar/UFMG, 1998 (Dissertação de Mestrado).
- MONTEIRO, R. J. *Analyse de la nupcialite brasilienne entre 1940 et 1970*. Louvain-La-Neuve: Université Catholique de Louvain, Dep. de Demographie, 1979 (Tese de Mestrado não publicada).
- MORTARA, G. Determinação da nupcialidade feminina, segundo a idade, no Brasil, com base na apuração censitária do estado conjugal, e aplicação ao cálculo da taxa de nupcialidade geral e à construção de uma tábua de nupcialidade. *Revista Brasileira de Estatística*, ano IX, n. 33, p. 56-82, 1943.
- PETRUCCELLI, J. L. Casamento e cor no Brasil atual: a reprodução das diferenças. In: CNPD I e II. *Concurso Nacional de Monografias sobre População e Desenvolvimento*. CNPD, Brasília, 1999.
- _____. Seletividade conjugal por cor: a reprodução da diferença. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, MG, 2000.
- SILVA, N. do V. Padrões de nupcialidade no Brasil, 1940-1970. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 40, n. 160, 1979.
- _____. Distância social e casamento inter-racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 14, 1987.
- WAITE, L. J., GALLAGHER, M. *The case for marriage: why married people are happier, healthier and better off financially*. New York: Doubleday, 2001.

PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS) (2001/2002)

TEXTO PARA DISCUSSÃO - TD

Nº 776 - **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**, Ronaldo Coutinho Garcia, Brasília, janeiro de 2001, 66 p.

Nº 777 - **Estimando o valor ambiental do Parque Nacional do Iguaçu: uma aplicação do método de custo de viagem**, Ramon Arigoni Ortiz, Ronaldo Seroa da Motta e Claudio Ferraz, Rio de Janeiro, janeiro de 2001, 26 p.

Nº 778 - **Gasto federal com crianças e adolescentes: 1994 a 1997**, Ana Maria de Resende Chagas, Frederico Augusto Barbosa da Silva e Paulo Roberto Corbucci, Rio de Janeiro, janeiro de 2001, 32 p.

Nº 779 - **Salário mínimo e pobreza no Brasil: estimativas que consideram efeitos de equilíbrio geral**, Ricardo Paes de Barros, Carlos Henrique Corseuil e Samir Cury, Rio de Janeiro, fevereiro de 2001, 20 p.

Nº 780 - **Simulando — o mundo maravilhoso das distribuições contrafatuais**, Sergio Suarez Dillon Soares, Brasília, fevereiro de 2001, 18 p.

Nº 781 - **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?**, José Oswaldo Cândido Júnior, Brasília, fevereiro de 2001, 28 p.

Nº 782 - **Gastos públicos na agricultura**, José Garcia Gasques, Brasília, março de 2001, 33 p.

Nº 783 - **Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil? 1998**, José Romeu de Vasconcelos, Brasília, março de 2001, 77 p.

Nº 784 - **Os incentivos adversos e a focalização dos programas de proteção ao trabalhador no Brasil**, Ricardo Paes de Barros, Carlos Henrique Corseuil e Miguel Nathan Foguel, Rio de Janeiro, abril de 2001, 26 p.

Nº 785 - **Brazilian agriculture in the 1990s: impact of the policy reforms**, Steven M. Helfand e Gervásio Castro de Rezende, Rio de Janeiro, abril de 2001, 39 p.

Nº 786 - **Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90**, Lia Haguenaer, Luiz Dias Bahia, Paulo Furtado de Castro e Márcio Bruno Ribeiro, Brasília, abril de 2001, 61 p.

Nº 787 - **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**, Alexandre Marinho e Luís Otávio Façanha, Rio de Janeiro, abril de 2001, 22 p.

Nº 788 - **Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998**, Marcelo Medeiros e Rafael Osorio, Brasília, abril de 2001, 43 p.

Nº 789 - **Identificação das barreiras ao comércio no Mercosul: a percepção das empresas exportadoras brasileiras**, Honorio Kume, Patrícia Anderson, Márcio de Oliveira Jr., Rio de Janeiro, abril de 2001, 43 p.

Nº 790 - **Tributação sobre gastos com saúde das famílias e do sistema único de saúde: avaliação da carga tributária sobre medicamentos, material médico-hospitalar e próteses/órteses**, Equipe Técnica: Luís Carlos G. de Magalhães (Coord.), Frederico Andrade Tomich, Fernando Gaiger Silveira, Salvador Werneck Vianna, Leandro Safatle, Alexandre Batista de Oliveira, Rodrigo Dourado, Brasília, maio de 2001, 54 p.

Nº 791 - **Barreiras não-tarifárias às exportações brasileiras no Mercosul: o caso de calçados**, Patrícia Anderson, Rio de Janeiro, maio de 2001, 21 p.

Nº 792 - **Restrições comerciais às exportações de produtos siderúrgicos no Mercosul**, Márcio de Oliveira Júnior, Rio de Janeiro, maio de 2001, 38 p.

Nº 793 - **Estimation of the Brazilian consumer demand system**, Seki Asano e Eduardo P. S. Fiuza, Rio de Janeiro, maio de 2001, 28 p.

Nº 794 - **Estudo de eficiência em alguns hospitais públicos e privados com a geração de rankings**, Alexandre Marinho, Rio de Janeiro, maio de 2001, 12 p.

Nº 795 - **Tendência de longo prazo das finanças públicas no Brasil**, José Carlos Jacob de Carvalho, Brasília, maio de 2001, 68 p.

Nº 796 - **Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e conseqüências sobre o bem-estar**, Ricardo Paes de Barros, Carlos Henrique Corseuil, Daniel Domingues dos Santos e Sérgio Pinheiro Firpo, Rio de Janeiro, junho de 2001, 27 p.

Nº 797 - **Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina**, Carlos Henrique Corseuil, Daniel Domingues Santos, Miguel Nathan Foguel, Rio de Janeiro, junho de 2001, 46 p.

Nº 798 - **Robustness and stabilization properties of monetary policy rules in Brazil**, Ajax R. B. Moreira, Marco Antonio F. H. Cavalcanti, Rio de Janeiro, junho de 2001, 22 p.

TD-799 - **Estrutura e operação dos sistemas financeiros no MERCOSUL: perspectivas a partir das reformas institucionais dos anos 1990**, Rogério Studart, Jennifer Hermann, Brasília, junho de 2001, 144 p.

Nº 800 - **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**, Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques, Rosane Mendonça, Rio de Janeiro, junho de 2001, 24 p.

Nº 801 - **Liberalização comercial e estruturas de emprego e salário**, Jorge Saba Arbache, Carlos Henrique Corseuil, Rio de Janeiro, junho de 2001, 16 p.

Nº 802 - **Financiamento das políticas sociais nos anos 1990: O caso do Ministério da Saúde**, Carlos Octávio Ocké Reis, José Aparecido Carlos Ribeiro e Sérgio Francisco Piola, Brasília, junho de 2001, 27 p.

Nº 803 - **Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes**, *Lauro Ramos* e Maria Lucia Vieira, Rio de Janeiro, junho de 2001, 16 p.

Nº 804 - **Tributação, distribuição de renda e pobreza: uma análise dos impactos da carga tributária sobre alimentação nas grandes regiões urbanas brasileiras**, Luís Carlos Garcia de Magalhães, Fernando Gaiger Silveira, Frederico Andrade Tomich e Salvador Werneck Vianna, Brasília, junho de 2001, 26 p.

Nº 805 - **Hospitais universitários: avaliação comparativa de eficiência técnica**, Alexandre Marinho e Luís Otávio Façanha, Rio de Janeiro, junho de 2001, 29 p.

- Nº 806 - **Optimal rules for monetary policy in Brazil**, Joaquim Pinto de Andrade e José Angelo C. A. Divino, Rio de Janeiro, julho de 2001, 22 p.
- Nº 807 - **Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90**, Ricardo Henriques, Rio de Janeiro, julho de 2001, 49 p.
- Nº 808 - **Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação**, Ricardo Pereira Soares, Brasília, julho de 2001, 46 p.
- Nº 809 - **Space-varying regression models: specifications and simulation**, Dani Gamerman, Ajax R. B. Moreira e Håvard Rue, Rio de Janeiro, julho de 2001, 28 p.
- Nº 810 - **Políticas de competitividade industrial no Brasil — 1995/2000**, Regis Bonelli, Rio de Janeiro, julho de 2001, 44 p.
- Nº 811 - **Imposto ótimo sobre o consumo: resenha da teoria e uma aplicação ao caso brasileiro**, Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa e Rozane Bezerra de Siqueira, Rio de Janeiro, julho de 2001, 51 p.
- Nº 812 - **A construção de uma linha de riqueza a partir da linha de pobreza**, Marcelo Medeiros, Brasília, julho de 2001, 15 p.
- Nº 813 - **Instituições de ensino superior governamentais e particulares: avaliação comparativa de eficiência**, Luís Otávio Façanha e Alexandre Marinho, Rio de Janeiro, agosto de 2001, 28 p.
- Nº 814 - **Crise e desregulação do trabalho no Brasil**, José Celso Cardos Jr., Brasília, agosto de 2001, 60 p.
- Nº 815 - **Experiências internacionais em política regional: o caso da França**, Luciana Jaccoud, Brasília, agosto de 2001, 22 p.
- Nº 816 - **Impactos fiscais da crise de energia elétrica: 2001 e 2002**, Bolívar Pêgo Filho, José Aroudo Mota, José Carlos Jacob de Carvalho e Maurício Mota Saboya Pinheiro, Rio de Janeiro, agosto de 2001, 29 p.
- Nº-817 - **Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil — 1999**, José Romeu de Vasconcelos, Brasília, agosto de 2001, 83 p.
- Nº 818 - **Measuring the tax effort of developed and developing countries. Cross country panel data analysis — 1985/95**, Marcelo Piancastelli, Rio de Janeiro, setembro de 2001, 18 p.
- Nº 819 - **Uma resenha sobre a competição tributária entre jurisdições**, Napoleão Luiz Costa da Silva, Rio de Janeiro, setembro de 2001, 48 p.
- Nº 820 - **Rotatividade de trabalhadores e criação e destruição de postos de trabalho: aspectos conceituais**, Eduardo Pontual Ribeiro, Rio de Janeiro, setembro de 2001, 24 p.
- Nº 821 - **Crescimento econômico, balança comercial e a relação câmbio-investimento**, Marco Antonio F. H. Cavalcanti e Cláudio Roberto Frischtak, Rio de Janeiro, setembro de 2001, 39 p.
- Nº 822 - **Regulamentação e investimento em termogeração no Brasil**, Ajax R. B. Moreira, Katia Rocha e Pedro A. M-S. David, Rio de Janeiro, setembro de 2001, 16 p.
- Nº 823 - **Participação da termogeração na expansão do sistema elétrico brasileiro**, Ajax R. B. Moreira, Katia Rocha, Pedro A. M-S. David, Rio de Janeiro, setembro de 2001, 23 p.
- Nº 824 - **Core inflation: robust common trend model forecasting**, Ajax R. B. Moreira e Helio S. Migon, Rio de Janeiro, setembro de 2001, 27 p.

- Nº 825 - **Bayesian analysis of econometric time series models using hybrid integration rules**, Ajax R. B. Moreira e Dani Gamerman, Rio de Janeiro, setembro de 2001, 27 p.
- Nº 826 - **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**, Lena Lavinias, Rio de Janeiro, setembro de 2001, 24 p.
- Nº 827 - **Renda per capita, desigualdades de renda e educacional, e participação política no Brasil**, João Barbosa de Oliveira, Rio de Janeiro, outubro de 2001, 62 p.
- Nº 828 - **Explaining agriculture expansion and deforestation: evidence from the Brazilian Amazon — 1980/98**, Claudio Ferraz, Rio de Janeiro, outubro 2001, 37 p.
- Nº 829 - **Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 1990**, José Carlos Miranda, Brasília, outubro 2001, 124 p.
- Nº 830 - **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**, Ana Amélia Camarano, Rio de Janeiro, outubro 2001, 22 p.
- Nº 831 - **Previdência social e bem-estar no Brasil**, Roberto de Goes Ellery Junior e Mirta N. S. Bugarin, Rio de Janeiro, outubro 2001, 21 p.
- Nº 832 - **Substituindo o PIS e a Cofins — e por que não a CPMF? — Por uma contribuição não-cumulativa**, Ricardo Varsano, Thiago R. Pereira, Erika Amorim Araujo, Napoleão Luiz Costa da Silva, Marcelo Ikeda, Rio de Janeiro, outubro 2001, 53 p.
- Nº 833 - **Hospitais universitários: indicadores de utilização e análise de eficiência**, Alexandre Marinho, Rio de Janeiro, outubro 2001, 29 p.
- Nº 834 - **Determinantes do desempenho educacional no Brasil**, Ricardo Paes de Barros, Rosane Mendonça, Daniel Domingues dos Santos e Giovani Quintaes, Rio de Janeiro, outubro 2001, 33 p.
- Nº 835 - **Efficient and equitable commodity taxation: micro-simulations based on an estimated Brazilian consumer demand system**, Seki Asano, Ana Luiza N. H. Barbosa, Eduardo P. S. Fiuza, Rio de Janeiro, outubro 2001, 23 p.
- Nº 836 - **Políticas públicas de exportação o caso do Proex**, Sérvulo Vicente Moreira, Adelaide Figueiredo dos Santos, Brasília, outubro 2001, 43 p.
- Nº 837 - **Perfil dos funcionários públicos ativos nas áreas federal, estadual e municipal — comparação de bases disponíveis: Rais, PNAD e Siape**, Sonoe Sugahara Pinheiro e Tomie Sugahara, Rio de Janeiro, outubro 2001, 40 p.
- Nº 838 - **Impactos econômicos e sociais de longo prazo da expansão agropecuária no Brasil: revolução invisível e inclusão social**, Regis Bonelli, Rio de Janeiro, outubro 2001, 37 p.
- Nº 839 - **The impacts of the minimum wage on the labor market, poverty and fiscal budget in Brazil**, Miguel N. Foguel, Lauro Ramos e Francisco Carneiro, Rio de Janeiro, outubro de 2001, 42 p.
- Nº 840 - **Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da Rais e da PNAD**, João Alberto de Negri, Paulo Furtado de Castro, Natalia Ribeiro de Souza, Jorge Saba Arbache, Brasília, novembro de 2001, 25 p.
- Nº 841 - **Mercosul: dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio**, Honorio Kume e Guida Piani, Rio de Janeiro, novembro de 2001, 17 p.

Nº 842 - **Avaliação da eficiência técnica nos serviços de saúde dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**, Alexandre Marinho, Rio de Janeiro, novembro de 2001, 11 p.

Nº 843 - **O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil**, Sergei Soares, Luciana M. Santos Servo e Jorge Saba Arbache, Rio de Janeiro, novembro de 2001, 23 p.

Nº 844 - **Competitividade, vulnerabilidade externa e crescimento na economia brasileira: 1978/2000**, Marco Flávio da Cunha Resende e Joanílio Rodolpho Teixeira, Brasília, novembro de 2001, 28 p.

Nº 845 - **O setor público brasileiro — 1890/1945**, Lia Alt Pereira (Coordenadora) e Lia Valls Pereira, Rio de Janeiro, novembro de 2001, 81 p.

Nº 846 - **Bens credenciais e poder de mercado: um estudo econométrico da indústria farmacêutica brasileira**, Eduardo P. S. Fiuza e Marcos de B. Lisboa, Rio de Janeiro, novembro de 2001, 73 p.

Nº 847 - **Privatização, dívida e déficit públicos no Brasil**, Marco Antonio de Sousa Carvalho, Rio de Janeiro, novembro de 2001, 128 p.

Nº 848 - **Avaliação descritiva da rede hospitalar do sistema único de saúde (SUS)**, Alexandre Marinho, Arlinda Barbosa Moreno e Luciana Tricai Cavalini, Rio de Janeiro, dezembro de 2001, 35 p.

Nº 849 - **Os impactos do salário mínimo sobre emprego e salários no Brasil: evidências a partir de dados longitudinais e séries temporais**, Carlos Henrique Corseuil e Francisco Galvão Carneiro, Rio de Janeiro, dezembro de 2001, 28 p.

Nº 850 - **Reducing schooling inequality in Brazil: demographic opportunities and inter-cohort differentials**, Carlos Eduardo Velez, Sergei Soares e Marcelo Medeiros, Rio de Janeiro, dezembro de 2001, 17 p.

Nº 851 - **O acesso das exportações do Mercosul ao mercado europeu**, Marta Reis Castilho, Rio de Janeiro, dezembro de 2001, 49 p.

Nº 852 - **A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**, Marcelo Medeiros, Brasília, dezembro de 2001, 24p.

Nº 853 - **Trade liberalization and labor markets in developing countries: theory and evidence**, Jorge Saba Arbache, Rio de Janeiro, dezembro de 2001, 25 p.

Nº 854 - **Fiscal decentralization and subnational fiscal autonomy in Brazil: some facts of the nineties**, Mônica Mora e Ricardo Varsano, Rio de Janeiro, dezembro de 2001, 27 p.

Nº 855 - **Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil**, Carlos Henrique Corseuil, Eduardo Pontual Ribeiro, Daniel D. Santos e Rodrigo Dias, Rio de Janeiro, janeiro de 2002, 45 p.

Nº 856 - **Padrão de consumo, distribuição de renda e o meio ambiente no Brasil**, Ronaldo Seroa da Motta, Rio de Janeiro, janeiro de 2002, 51 p.

Nº 857 - **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**, Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça, Rio de Janeiro, janeiro de 2002, 17 p.

- Nº 858 - **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**, Ana Amélia Camarano, Rio de Janeiro, janeiro de 2002, 26p.
- Nº 859 - **Avaliação de programas sociais (Pnae, Planfor, Proger): eficiência relativa e esquemas de incentivo**, Larry C. Cardoso, Luís Otávio Façanha e Alexandre Marinho, Rio de Janeiro, janeiro de 2002, 44 p.
- Nº 860 - **O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 a 1999**, Marcelo Medeiros, Rafael Guerreiro Osorio e Santiago Varela, Rio de Janeiro, fevereiro de 2002, 27 p.
- Nº 861 - **Cooperação e conflito: estudo de caso do complexo coureiro-calçadista no Brasil**. Eduardo Garutti Noronha e Lenita Maria Turchi, Brasília, março de 2002, 44 p.
- Nº 862 - **Population and social security in Brazil: an analysis with emphasis on constitutional changes**, Kaizô Iwakami Beltrão, Sonoe Sugahara Pinheiro e Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, Rio de Janeiro, março de 2002, 36 p.
- Nº 863 - **Regulação, mercado ou pressão social? os determinantes do investimento ambiental na indústria**, Cláudio Ferraz e Ronaldo Seroa da Motta, Rio de Janeiro, março de 2002, 17 p.
- Nº 864 - **Atividades informais: evolução e condicionantes atuais - o caso dos trabalhadores autônomos do Recife**, Mário Theodoro, Tarcísio Quinamo, Maria do Socorro de Araújo e Maria Lucila Bezerra, Rio de Janeiro, março de 2002, 52 p.
- Nº 865 - **Estimação de equações de ofertas de exportação de produtos agropecuários para o Brasil (1992/2000)**, Geraldo Santana de Camargo Barros, Miriam Piedade Bacchi e Heloisa Lee Burnquist, Brasília, março de 2002, 51 p.
- Nº 866 - **Federalismo e dívida estadual no Brasil**, Mônica Mora, Rio de Janeiro, março 2002, 90 p.
- Nº 867 - **Mulher e previdência social: o Brasil e o mundo**, Kaizô Iwakami Beltrão, Maria Salet Novellino, Francisco Eduardo Barreto de Oliveira e André Cezar Medici, Rio de Janeiro, março 2002, 24 p.
- Nº 868 - **Estimativa de mortalidade para a população coberta pelos seguros privados**, Kaizô Iwakami Beltrão e Sonoe Sugahara Pinheiro, Rio de Janeiro, março 2002, 56 p.
- Nº 869 - **Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação**, Paulo Roberto Corbucci, Brasília, março 2002, 34 p.
- Nº 870 - **A política de preços mínimos e o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste**, Gervásio Castro de Rezende, Rio de Janeiro, abril 2002, 32 p.
- Nº 871 - **Uma avaliação dos dados da PNAD com respeito à “previdência social” — população ativa e inativa**, Kaizô Iwakami Beltrão e Sonoe Sugahara Pinheiro, Rio de Janeiro, abril 2002, 41 p.
- Nº 872 - **Panorama da educação nos estados que compõem a Amazônia Legal**, Jorge Abrahão de Castro e Bruno de Carvalho Duarte, Rio de Janeiro, abril 2002, 61 p.
- Nº 873 - **O impacto distributivo do salário mínimo: a distribuição individual dos rendimentos do trabalho**, Sergei Suarez Dillon Soares, Rio de Janeiro, abril 2002, 51 p.
- Nº 874 - **O uso das PNADS para as áreas rurais**, Mauro Eduardo Del Grossi e José Graziano da Silva, Rio de Janeiro, abril 2002, p. 33.

- Nº 875 - **O uso das PNADs na análise do fenômeno migratório: possibilidades, lacunas e desafios metodológicos**, José Marcos Pinto da Cunha, Rio de Janeiro, abril de 2002, 39 p.
- Nº 876 - **Os gastos culturais dos três níveis de governo e a descentralização**, Frederico A. Barbosa da Silva, Brasília, abril de 2002, 24 p.
- Nº 877 - **Estimativa de estoque de capital humano para o Brasil: 1981 a 1999**, Luciane Carpena e João Barbosa de Oliveira, Rio de Janeiro, maio de 2002, 21 p.
- Nº 878 - **Brazilian population ageing: differences in well-being by rural and urban areas**, Ana Amélia Camarano, Rio de Janeiro, maio de 2002, 27 p.
- Nº 879 - **Acesso à educação: diferenciais entre os sexos**, Kaizô Iwakami Beltrão, Rio de Janeiro, maio de 2002, 17 p.
- Nº 880 - **Salário mínimo e bem-estar social no Brasil: uma resenha da literatura**, Carlos Henrique Corseuil e Luciana M. S. Servo, Rio de Janeiro, maio de 2002, 24 p.
- Nº 881 - **Um teste de existência de bolhas na taxa de câmbio no Brasil**, Wilfredo L. Maldonado, Octávio Augusto Fontes Tourinho e Marcos Valli, Rio de Janeiro, maio de 2002, 15 p.
- Nº 882 - **Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente**, Carlos Eduardo Carvalho, Rogério Studart e Antônio José Alves Jr., Brasília, maio de 2002, 77 p.
- Nº 883 - **Envelhecimento, condições de vida e política previdenciária. Como ficam as mulheres?** Ana Amélia Camarano e Maria Tereza Pasinato, Rio de Janeiro, junho de 2002, 25 p.
- Nº 884 - **Insuficiência alimentar nas grandes regiões urbanas brasileiras**, Fernando Gaiger Silvera, Luiz Carlos Garcia de Magalhães, Frederico Andrade Tomich, Salvador Teixeira Werneck Vianna, Leandro Safatle e João Carlos Leal, Brasília, junho de 2002, 27 p.
- Nº 885 - **Determinantes da renda do trabalho no setor formal da economia brasileira**, Carlos Henrique Corseuil e Daniel D. Santos, Rio de Janeiro, junho de 2002, 19 p.
- Nº 886 - **Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares no Brasil, entre 1978 e 1988**, Marcelo Medeiros e Rafael Guerreiro Osório, Brasília, junho de 2002, 21 p.
- Nº 887 - **Fiscal competition: a Bird's eye view**, Ricardo Varsano, Sergio Guimarães Ferreira e José Roberto Afonso, Rio de Janeiro, junho de 2002, 18 p.
- Nº 888 - **Human resource management and public sector reforms: trends and origins of a new approach**, Roberto Passos Nogueira, José Roberto Paranguá de Santana, Brasília, junho de 2002, 20 p.
- Nº 889 - **Nupcialidade nas PNADs-90: um tema em extinção?** Aída C. G. Verdugo Lazo, Rio de Janeiro, junho de 2002, 40 p.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)